

PREGÃO ELETRÔNICO

010/2026

CONTRATANTE (UASG)

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA-AP (980615)

OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE NAS SERVIÇOS DE PEQUENOS REPAROS (HIDRÁULICOS, ELÉTRICOS, REFRIGERAÇÃO E ROÇAGEM), UNIDADES ESCOLARES E ADMINISTRATIVAS VINCULADAS A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEME /PMS, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R\$ 2.838.535,44 (dois milhões, oitocentos e trinta e oito mil, quinhentos e trinta e cinco reais e quarenta e quatro centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 12/05/2026 às 09h (horário de Brasília).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO POR GRUPO

MODO DE DISPUTA:

ABERTO E FECHADO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 1.043/2024 – SEME – PMS

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Santana-AP, por meio da Subsecretaria da Central de Licitações, sediada na Av. Santana, Nº 2975, Bloco B, altos, Bairro Paraíso, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, Lei Complementar Federal 123/2006, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto nº 2289-22-PMS e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, conforme documentos inseridos no sistema compras.gov e vinculados a contratação nº 980615-130/2025.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

DATA: 12/05/2026

HORÁRIO: 09 horas (horário de Brasília/DF)

SÍTIO ELETRÔNICO: <https://www.comprasnet.gov.br/>

CÓDIGO UASG: 980615

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE NAS SERVIÇOS DE PEQUENOS REPAROS (HIDRÁULICOS, ELÉTRICOS, REFRIGERAÇÃO E ROÇAGEM), UNIDADES ESCOLARES E ADMINISTRATIVAS VINCULADAS A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEME /PMS, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.**

1.2. *A licitação será dividida em grupo(s), formado(s) por dois ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência.*

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. A estimativa de custo com a aquisição pretendida no presente objeto é no valor global de **R\$ 2.838.535,44 (dois milhões, oitocentos e trinta e oito mil, quinhentos e trinta e cinco reais e quarenta e quatro centavos).**

2.2. As despesas decorrentes da contratação do objeto deste Termo correrão à conta dos recursos específicos do órgão gerenciador, cuja Fonte, Programa, Ação e Elementos de Despesas constarão nos respectivos contratos e notas de empenho, quando da efetiva contratação, observado as condições estabelecidas no processo licitatório.

2.3. Por se tratar de Sistema de Registro de Preços, para futuras e eventuais contratações é dispensável a informação de dotação orçamentária para a cobertura da despesa, devendo ser informada somente quando da formalização do contrato ou outro instrumento hábil, nos termos do art. 17 do Decreto n.º 11.462/2023, bem como o art. 12 do Decreto Municipal nº 2289-22-PMS, os quais regulamentam o Sistema de Registro de Preços em âmbito Federal e no Município de Santana.

3. DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 1.043/2024 – SEME – PMS

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

4.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.5. Nesta licitação não haverá grupo exclusivo e nem cota reservada para microempresas e empresas de pequeno porte.

4.5.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

4.5.2. A obtenção do benefício a que se refere este item fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.6. A condução do certame será feita pelo pregoeiro da Subsecretaria da Central de Licitações da Prefeitura Municipal de Santana, nos termos do Decreto nº 2289/22-PMS e Lei 14.133 de 2021.

4.7. Não poderão disputar esta licitação:

4.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

4.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 1.043/2024 – SEME – PMS

5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.7.10. agente público do órgão ou entidade licitante;

4.7.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.7.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.8. O impedimento de que trata o item 4.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.7.4 e 4.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.11. O disposto nos itens 4.7.4 e 4.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.13. A vedação de que trata o item 4.7.12 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.14. É admitida a participação de empresa em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório, conforme atual entendimento do TCU, nos termos do Acórdão 1201/2020-Plenário.

4.15. As pessoas jurídicas que tenham sócios em comum não poderão participar do certame para o(s) mesmo(s) item(s), sob pena de desclassificação.



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 1.043/2024 – SEME – PMS

4.16. A participação nesta licitação significará a aceitação plena e irrestrita dos termos do presente Edital e das disposições das leis especiais, quando for o caso.

4.17. As pessoas jurídicas que tenham sócios em comum não poderão participar do certame para o(s) mesmo(s) item(s), sob pena de desclassificação.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, **EXCLUSIVAMENTE** por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. De acordo com o art. 63, inciso II c/c com o art. 17, § 1º da Lei 14.133/2021, por não se tratar de inversão de fases, será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor na fase de habilitação, dos quais deverão serem enviadas no prazo de 2 (duas) horas, após o envio de mensagem do pregoeiro via sistema para tanto, devendo a licitante atender ao que dispõe o item 9 do Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.7.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.7.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 1.043/2024 – SEME – PMS

na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

- 5.8.1.** de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- 5.8.2.** que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 5.8.3.** de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.8.4.** cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.8.5.** cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.8.6.** constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 5.8.7.** que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 5.8.8.** que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 5.8.9.** resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 5.8.10.** constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 5.8.11.** cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 1.043/2024 – SEME – PMS

5.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, **sendo vedado:**

5.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.14.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA EM CAMPO PRÓPRIO

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor do unitário item R\$... e Valor total do item R\$...;

6.1.2. Marca/modelo (não identificar a empresa, podendo se utilizar “próprio” quando o produto ou serviço for executado pela própria empresa);

6.1.3. Fabricante;

6.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência e seus anexos;

6.1.5. Quantidade cotada.

6.1.6. *Os preços deverão ser cotados até 02 (dois) dígitos após a virgula.*

6.2. Não será admitida cotação inferior às quantidades previstas para cada item do Termo de Referência e seus anexos (Anexo II) deste Edital.

6.2.1. O preenchimento incorreto dos dados necessários à análise da proposta implicará na desclassificação da mesma.

6.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 1.043/2024 – SEME – PMS

6.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.8. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.*

6.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas, conforme §1º, art. 5º do Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023 e Decreto nº 2289-22-PMS;

6.12. O critério de julgamento seja o de menor preço.

6.12.1. O julgamento das propostas será feito pelo Menor Preço por Grupo.

6.13. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

6.14. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 1.043/2024 – SEME – PMS

- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor do GRUPO.
- 7.5.1 O julgamento das propostas será feito pelo Menor Preço por GRUPO.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 0,5% (zero virgula cinco por cento)*.
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“ABERTO e FECHADO”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.11.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da IN SEGES/ME nº 73, de 2022, incluído pela IN SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.
- 7.11.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 7.11.5. Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.11.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.14. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 1.043/2024 – SEME – PMS

- 7.16.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.17.** Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.

7.17.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo pregoeiro.

7.17.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.18.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

7.18.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.18.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.4. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 1.043/2024 – SEME – PMS

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

7.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do art. 30º do Decreto nº 2289-22-PMS;

7.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.19.2.2. empresas brasileiras;

7.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

7.20. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.21.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.22. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.24. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 1.043/2024 – SEME – PMS

7.25. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.26. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>)

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado, em conformidade com os itens 4.5 e 5.7 deste edital.

8.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 1.043/2024 – SEME – PMS

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 8.7.1.** conter vícios insanáveis;
- 8.7.2.** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 8.7.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação. A inexequibilidade nesta licitação aplica-se tanto ao grupo como a cada um dos itens que o compõem
- 8.7.4.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.7.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.7.6.** Também serão desclassificadas as propostas cujo preço global orçado ou o preço de qualquer um dos grupos/itens supere os preços de referência discriminados no orçamento anexo ao Termo de Referência e a este Edital. Bem como, o preço unitário de cada item seja superior ao preço unitário orçado na planilha da administração, sendo vedado o jogo de planilhas.

8.7.7. Descumprir o prazo de envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou sua prorrogação.

8.8. No caso de **bens e serviços em geral**, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, valor este referente tanto ao grupo como a cada um dos itens que o compõem.

8.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Pregoeiro que comprove:

- 8.8.1.1.** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 8.8.1.2.** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta, na forma do § 2º do art. 59 da Lei n.º 14.133/21, c/c art 54 da IN SEGES/ME Nº 73 de 2022.

8.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta, no prazo máximo de 2 (duas horas), podendo ser prorrogável por igual período a critério do Pregoeiro de ofício ou a pedido do licitante.

8.1. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que **não haja majoração do preço** e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.1.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.1.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.1.3. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 1.043/2024 – SEME – PMS

dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.1.4. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.1.5. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.1.6. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.2. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.3. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.4. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.5. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.6. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.7. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. A Documentação de Habilitação da PROPONENTE VENCEDORA será verificada mediante apresentação dos documentos abaixo, em formato PDF legível, os quais devem ser anexados no campo “Anexos” que será aberto pelo Pregoeiro pelo prazo de 2 (duas) horas após o término da disputa de lances, conforme segue:

9.3. Documentos relativos à habilitação jurídica:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus atuais administradores, ou; b) Registro Comercial, no caso de empresário individual, ou;



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 1.043/2024 – SEME – PMS

b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, ou;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

9.4. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da respectiva consolidação.

9.5. Quanto a Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se empresa individual, ou no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica (CNPJ), se pessoa jurídica, atualizado;

b) Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo também as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212/91.

c) Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Estaduais, emitida pela Fazenda do Estado onde está sediada a empresa.

d) Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Municipais, emitida pela Fazenda do Município onde está sediada a empresa.

e) Comprovante de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452/1943 c/c a Lei 14.133/21.

9.6. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

a) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

b) certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

9.6.1. Os documentos referidos ao subitem supra limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.7. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Total}}$$



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 1.043/2024 – SEME – PMS

Passivo Circulante

Ativo

LC=

Passivo Circulante

9.8. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

9.9. Em se tratando de empresas criadas no exercício financeiro concomitante ao da licitação, estas deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.10. Quanto a Qualificação Técnica:

9.11. Comprovação de capacidade para a execução do objeto deste Edital, mediante apresentação de documento emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, no qual se ateste que a empresa executou a qualquer tempo, fornecimento igual ou semelhante a este que está sendo licitado (Atestado de Capacidade Técnica) (art. 67, inciso II, da Lei 14.133/2021).

9.12. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.13. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021, observando, também, o disposto no subitem 4.5. deste edital.

9.14. No grupo exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

9.15. Nos grupos em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que seja microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

9.16. A falsidade da declaração de que trata o item 5.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

9.17. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.18. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.19. A proponente vencedora deverá declarar, em documento conjunto (conforme modelo Anexo III):

a) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 1.043/2024 – SEME – PMS

b) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

c) A inexistência de quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação e que a mesma não foi declarada inidônea por Ato do Poder Público Municipal, ou que estejam temporariamente impedidas de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública de Santana-AP ou quaisquer de seus órgãos descentralizados (inciso III e IV do art. 156 da Lei 14.133/2021);

d) Que está adequada à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei nº 13.709/2018;

e) Que a empresa conhece na íntegra o Edital, está ciente e concorda com as condições impostas nele e em seus anexos, ao passo que se submete às condições nele estabelecidas, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

f) Que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

g) A declaração que a empresa possui percentual mínimo da mão de obra responsável pela execução do objeto da contratação seja constituído por mulheres vítimas de violência doméstica (30º do Decreto nº 2289-22-PMS).

9.20. A declaração que a empresa se enquadra como Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, (ANEXO IV)

9.21. A declaração que a empresa não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição; (ANEXO V)

9.22. A declaração que a empresa não possui vínculo parental com agentes públicos que trata o inciso IV do art. 14 da Lei 14.133/21. (ANEXO VI).

9.23. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.23.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de [INSERIR UM PERCENTUAL ENTRE 20 %, SALVO SE HOUVER JUSTIFICATIVA NOS AUTOS PARA SUPRIMIR ESSE ACRÉSCIMO] para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.24. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia autenticada.

9.25. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.26. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.27. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 1.043/2024 – SEME – PMS

9.28. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.29. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.29.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

9.30. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

9.30.1. A não observância do disposto no item 9.28 poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

9.31. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.31.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo **2 (duas) horas**, podendo ser prorrogável por igual período a critério do Pregoeiro de ofício ou a pedido do licitante, contado da solicitação ao Pregoeiro.

9.31.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

9.31.3. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.32. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.32.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado, nos termos do inciso III do art. 63 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.32.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.33. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 1.043/2024 – SEME – PMS

9.33.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.33.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.34. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.35. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.29.1.

9.36. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.37. Se a proposta não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro convocará a licitante subsequente para, no prazo de máximo 30 minutos, manifestar interesse no lote arrematado, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

9.38. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

9.39. As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais, de acordo com o art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.40. Conforme Lei nº 13.726/2018, fica dispensada a autenticação de cópias dos documentos apresentados. Em caso dúvida quanto à autenticidade ou previsão legal, poderá ser exigido o documento original ou cópia autenticada. Faculta-se ao Pregoeiro a diligência para comprovação da autenticidade dos documentos apresentados.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto nº 2289-22-PMS.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 1.043/2024 – SEME – PMS

10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10.8. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado a critério da administração.

10.9. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado a critério da administração.

10.10. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, atendidos os requisitos legais.

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

11.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

11.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23 e Decreto nº 2289-22-PMS.

11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

11.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 1.043/2024 – SEME – PMS

12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. Encerrada a fase de JULGAMENTO no sistema eletrônico, abrir-se-á no sistema a etapa recursal quanto as PROPOSTAS, e ficará 20 (vinte minutos) com o campo “Fase Recursal” em aberto, para que os licitantes possam manifestar seu interesse em interpor recurso.

12.3. Transcorrida a fase de habilitação no sistema eletrônico, abrir-se-á no sistema a etapa recursal quanto a HABILITAÇÃO, e ficará 20 (vinte) minutos com o campo “Fase Recursal” em aberto, momento este em que o licitante poderá registrar suas intenções recursais quanto ao julgamento dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

12.4. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.5. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.5.1.a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.5.2.o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

12.5.3.o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.5.4.na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.6. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.7. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.8. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.9. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.10. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.11. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.12. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: <https://www.comprasnet.gov.br/>.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1.deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

13.1.2.Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 1.043/2024 – SEME – PMS

- 13.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 13.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 13.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 13.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 13.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

13.1.5. fraudar a licitação

13.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- 13.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 13.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 13.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

13.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

13.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1. advertência;

13.2.2. multa;

13.2.3. impedimento de licitar e contratar e

13.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

13.3.2. as peculiaridades do caso concreto

13.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

13.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

13.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** corridos, a contar da comunicação oficial.

13.4.1. Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.

13.4.2. Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 1.043/2024 – SEME – PMS

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

13.16. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 1.043/2024 – SEME – PMS

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo endereço de e-mail: pregoeirospms@gmail.com / ou SÍTIO ELETRÔNICO: <https://www.comprasnet.gov.br/>.*

14.3.1. O horário limite para recebimento das impugnações é às 23:59h da data especificada no sistema, considerando o horário de expediente desta Administração.

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

14.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá adjudicar o objeto e homologar a licitação, nos termos no art.71 da Lei 14.133/2021.

16. DA GESTÃO DO CONTRATO

16.1. Conforme item 14 do Termo de Referência

17. DA ENTREGA DO OBJETO

17.1. Conforme subitem 05 Termo de Referência

18. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

18.1. Conforme item 15 do Termo de Referência

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

19.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

19.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

19.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 1.043/2024 – SEME – PMS

19.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.9. Os casos omissos serão dirimidos pelo agente de Pregoeiro, com observância da legislação regedora, em especial a Lei nº 14.133/2021 e Lei Complementar nº 123/06.

19.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

19.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no endereço eletrônico: <http://contabilsantana.brasiltransparente.net/transparencia/>.

19.12. No interesse da Administração Municipal, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser adiada a abertura da licitação ou alteradas as condições do Edital, obedecido o disposto no artigo 54 da Lei nº 14.133/2021.

19.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência.

Apêndice Anexos do Termo de Referência.

ANEXO II –Modelo de Proposta Comercial.

ANEXO III –Modelo de Declaração Conjunta.

ANEXO IV –Modelo de Declaração ME e EPP.

ANEXO V –Modelo de Declaração referente ao direito artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

ANEXO VI –Modelo de Não Possui Vínculo Parental.

ANEXO VII –. Minuta da Ata de Registro de Preços

ANEXO VIII –. Minuta de Termo de Contrato.

Santana-AP, 15 de abril de 2026.

DANILO CARVALHO DE SOUZA

Chefe do Dep. Padronização de Documentos - SCL/SEMAD/PMS

Decreto nº 0436/2023-GAB.PREF/PMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA - AP

TR - Materiais para serviços de pequenos reparos 130/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
130/2025	980615-PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA - AP	ANTHONY DE ARAUJO PEREIRA	18/03/2026 14:57 (v 0.12)
Status			
DISPONIBILIZADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		1043/2024- SEME/PMS

1. DO OBJETO

- 1.1 Esse Termo de Referência tem como objeto a Aquisição de Materiais para Execução de Serviços de Pequenos Reparos (elétricos, refrigeração e roçagem), nas unidades escolares e administrativas vinculadas a Secretária Municipal de Educação - SEME/PMS.
- 1.2 As especificações/definições dos itens que compõem o presente objeto estão definidas no Anexo I deste Termo, bem como seus quantitativos e total de cada item.
- 1.3 Considerando os padrões de qualidade e desempenho objetivamente definidos neste instrumento, os bens a serem adquiridos possuem natureza comum para fins de aplicação da Lei Federal n.º 14.133/2021;
- 1.4 O futuro processo licitatório originado a partir do presente Termo será conduzido pela Subsecretaria de Central de Licitações da Secretaria Municipal de Administração – SCL/SEMAD.
- 1.5 Conforme condições, quantidades exigências estabelecidas neste instrumento para Aquisição de Materiais para Execução de Serviços de Pequenos Reparos (elétricos, refrigeração e roçagem,) conforme condições, quantidades exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.6 A administração rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento dos produtos em desacordo com as especificações solicitadas, consoante disposto na Lei Federal n 14.133/2021.
- 1.7 Os objetos pretendidos com esta aquisição, são caracterizados como bem comuns, pois trata-se de solução cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado, do preço praticado no mercado em relação ao ofertado pelas empresas, cuja escolha recairá naquela que cotar o menor preço.

2. FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA

- 2.1 A Aquisição de Materiais para Execução de Serviços de Pequenos Reparos (elétricos, refrigeração e roçagem), são cruciais para dar continuidade as rotinas escolares e administrativas desenvolvidas pelas unidades vinculadas a SEME/PMS, de modo a garantir ambiente propício ao atendimento adequado aos alunos, servidores e demais usuários de rede municipal de ensino, com foco na qualidade e eficiência das atividades desenvolvidas diariamente.
- 2.2 A contratação pretendida tem o intuito de promover e oferecer condições adequadas de conforto e eficiência nos ambientes de trabalho e ensino, além de conservar a capacidade funcional das edificações, mediante saneamento dos defeitos decorrentes da utilização rotineira das instalações, de maneira célere e suficiente a satisfação de grande parte da maioria das demandas relativas a SEME/PMS.
- 2.3 Faz parte do plano estratégico da SEME/PMS o melhoramento e aprimoramento contínuo dos ambientes de trabalho e sua organização, ofertar estes produtos aos servidores do DSERV/SEME, permitirá uma melhoria no atendimento das demandas diárias recebidas no referido departamento e, conseqüentemente, dos ambientes em que os serviços serão executados, com a utilização dos produtos e equipamentos pretendidos para aquisição, através da presente contratação.

2.4 Em que pese a Secretaria Municipal de Educação de Santana ter elaborado Plano de Contratações Anual próprio com previsão da contratação objeto do presente documento, o referido Plano não está publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas.

2.5 Tem-se por objetivo no presente certame a Aquisição de Materiais para Execução de Serviços de Pequenos Reparos (elétricos, refrigeração e roçagem), por meio da modalidade auxiliar do Registro de Preços, para assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajosa para a Administração Pública; assegurar tratamento isonômico e a justa competição; evitar contratações com sobrepreço, superfaturamento ou preços manifestamente inexequíveis; e incentivar a inovação e o desenvolvimento sustentável municipal.

2.6 Os itens e quantitativos pretendidos para o Registro de Preços para a futura e eventual de Materiais para Execução de Serviços de Pequenos Reparos (elétricos, refrigeração e roçagem), constam no Anexo, deste Termo.

2.7 Rege-se esta pretensa contratação pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, probidade administrativa, a igualdade entre os licitantes, o planejamento, a transparência, a eficácia, a segregação das funções, a motivação, a vinculação ao instrumento convocatório, o julgamento objetivo, a segurança jurídica, a razoabilidade, a competitividade, a proporcionalidade, a celeridade, a economicidade e o desenvolvimento nacional sustentável, nos termos do art. 5º da Lei n.º 14.133/2021 combinado com o Decreto Municipal nº 2.289 /2022, que regulamenta no âmbito do município de Santana-AP, as licitações e contratos administrativos, acrescidos da padronização, do parcelamento (quando viável e economicamente vantajoso) e o da responsabilidade fiscal.

2.8 A pretensa contratação será processada mediante PREGÃO ELETRÔNICO, por ser a modalidade preferencial em casos de possibilidade de indicação de padrões de desenvolvimento e qualidade, conforme estabelece o art. 29 da Lei nº 14.133/2021, como modo de disputa ABERTO e FECHADO.

2.9 O critério de julgamento utilizado será o de MENOR PREÇO POR GRUPO, considerando que os lotes são integrados por itens de uma mesma natureza e que possuam correlação entre eles, não representando qualquer acréscimo de valor na contratação pretendida, tampouco representam perda de economia de escala. Além de ser tratar de contratação com quantitativo elevado de itens, os quais serão adquiridos conforme a necessidade da SEME /PMS, com entregas parceladas ao longo da gestão contratual, o que possibilita maior competitividade, em razão da possibilidade de participação de um maior número de interessados.

2.10 O Registro de Preços para a aquisição pretendida tem por finalidade suprir as demandas relativas a execução de serviços de pequenos reparos que exigem a utilização de equipamentos para serviços hidráulicos, elétricos, de refrigeração e roçagem, nas unidades escolares e administrativas vinculadas a SEME/PMS.

3. DA SOLUÇÃO, ESPECIFICAÇÃO E QUANTITATIVO

3.1 A Aquisição de Materiais para Execução de Serviços de Pequenos Reparos visa atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação- SEME /PMS, por meio da realização de processo licitatório na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com a utilização do Sistema de Registro de Preços e critério de julgamento MENOR PREÇO POR GRUPO. Desta forma, para a aquisição pretendida deverão ser obedecidos os requisitos a serem especificados tanto no Termo de Referência quanto no Edital de Licitação.

3.2 Durante o prazo de garantia, a contratada obriga-se a substituir ou reparar, às suas expensas, qualquer objeto que apresente defeito que não seja, decorrente do desgaste natural ou do mau uso. Em caso de assistência técnica representativa, ou seja, autorizadas, não será excluída a sua responsabilidade e ou do fabricante dos produtos, devendo a contratada apresentar a lista de oficinas autorizadas para manutenção ou reparo dos itens, quando for o caso, de acordo com os termos legais.

3.3 No pretenso processo licitatório a contratada deverá realizar a entrega dos produtos, conforme solicitação a ser realizada pela contratante, através da emissão da ORDEM DE COMPRA, no endereço do DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO – DPAT /SEME.

3.4 A solução abrange a eventual Aquisição de Materiais para Execução de Serviços de Pequenos Reparos para atender as necessidades da SEME/PMS, quanto a serviços elétricos, de refrigeração e roçagem.

3.5 Durante o prazo de garantia, a empresa obriga-se a substituir ou reparar, às suas expensas, qualquer objeto que apresente defeito que não seja decorrente do desgaste natural ou do mau uso.

3.6 Em caso de assistência técnica representativa, ou seja, autorizadas, para algum equipamento a ser adquirido que demande tal assistência, não será excluída a sua responsabilidade e ou do fabricante dos produtos, devendo a contratada apresentar a lista de oficinas autorizadas para manutenção ou reparo, nos termos legais.

3.7 A empresa vencedora deverá atender todas as exigências legais, de transporte, de prazo e descrição detalhada dos produtos.

3.8 Após todas as análises realizadas e explicitadas no ETP juntadas aos autos, pretende-se com a Aquisição de Materiais para Execução de Serviços de Pequenos Reparos (elétricos, refrigeração e roçagem), através do procedimento auxiliar do Sistema de Registro de Preços, atender as demandas diárias de serviços da SEME/PMS.

3.9 Sendo assim, fica mais do que evidenciada a importância da realização do certame pretendido, através do presente Termo, dentro das especificações técnicas mínimas e quantidades constantes no Anexo deste Termo.

3.10 Deverão ser fornecidos produtos de primeira qualidade, caracterizados pela alta durabilidade, confiabilidade de mercado e facilidade de uso.

3.11 Havendo eventual divergência entre as especificações aqui descritas e as constantes no sistema utilizado para a licitação, deverão prevalecer as descrições deste Termo;

3.12 Não serão admitidas propostas em quantitativos inferiores ao máximo previsto no edital, de modo a evitar a descontinuidade no fornecimento do objeto, tendo em vista o interesse público por trás da licitação, vide art. 82, inciso IV da Lei nº 14.133/2021.

4. MODELO DE GESTÃO CONTRATUAL

4.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

4.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, conforme Art. 115, §5º da Lei nº 14.133/2021.

4.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, ou comissão fiscalizadora devidamente instituída pela autoridade competente, segundo o caput do Art. 117, Lei nº 14.133/2021.

4.3.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, tão logo o contrato seja firmado, será designado representante, ou comissão, para acompanhar e fiscalizar a entrega dos objetos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas ao fornecimento e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

4.3.2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do agente público designado pela Administração deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

4.3.3. O agente público responsável pela fiscalização anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, podendo ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.

4.3.4. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

4.3.5. Durante o período de fornecimento do objeto, a empresa Contratada poderá manter preposto, aceito pela Administração contratante, para representá-la sempre que for necessário.

4.4. A Contratada será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Art. 119, Lei nº 14.133/2021).

4.5. A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante.

4.6. Somente a Contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

4.6.1. A inadimplência da Contratada em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.

4.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 05/2017, Art. 44, §2º).

4.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

4.9. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa Contratada para reunião inicial para apresentação de todos os termos inerentes a relação oficializada entre Contratada e Contratante.

4.10. Antes do pagamento da Nota Fiscal ou da Fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

4.11. Serão exigidas a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais, Estaduais e Municipais, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e Certificado de Regularidade do FGTS (emitida pela Caixa Econômica Federal), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

Sustentabilidade

4.12 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, edição aprovada pela Câmara Nacional de Sustentabilidade e pela Consultoria-Geral da União.

4.12.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

4.12.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei Federal nº 14.133/21;

Da exigência de amostra

4.13 Poderá ser solicitada à(s) proponente(s) provisoriamente classificada(s) a apresentação de amostra dos bens objetos da contratação, devidamente identificada com o número do Pregão Eletrônico, o CNPJ e o nome ou razão social da proponente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da solicitação da amostra.

4.13.1 Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o(s) interessado(s) classificado(s) provisoriamente deverão apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.13.2 A(s) amostra(s) deverá(ão) ser apresentada(s) na SEME/PMS, localizada na Avenida Santana, nº 2975, Paraíso, Santana – AP, CEP 68928-060.

4.13.3 As despesas inerentes ao envio e devolução das amostras correrão por conta da empresa proponente.

4.13.4 A avaliação das amostras seguirá critérios de caráter eliminatório conforme exposto a seguir:

a) Deverá ser entregue 01 (uma) unidade do(s) item(ns) solicitado(s).

b) A avaliação consiste na realização de observações físicas, visando comprovar a compatibilidade entre a especificação constante neste Termo de Referência e o(s) material(is) cotado(s) pela(s) proponente(s).

c) Caso a(s) amostra(s) esteja(m) em desacordo com os critérios estabelecidos, será(ão) reprovada(s) e declarada(s) desclassificada(s) a(s) proponente(s). A empresa deve apresentar junto com a proposta o catálogo/folder do produto.

Subcontratação

4.14 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, nos termos do art. 122, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que a contratação refere-se ao fornecimento de materiais destinados à execução de serviços de pequenos reparos (elétricos, refrigeração e roçagem), cuja adequada execução exige controle direto da qualidade, da procedência e da conformidade técnica dos produtos fornecidos.

4.15 A vedação à subcontratação visa resguardar o interesse público, assegurar a rastreabilidade dos materiais, evitar riscos à execução contratual e garantir maior eficiência na fiscalização, não se mostrando tecnicamente recomendável a delegação parcial do fornecimento a terceiros.

5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. Os itens pretendidos neste Termo deverão ser entregues em até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da requisição da Contratante, qual seja da ordem de compra, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência, ficando a cargo da empresa a responsabilidade pela guarda e armazenamento do material de limpeza e higiene a serem fornecidos.

5.2. Caso não seja possível a entrega no prazo estipulado no item anterior, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. A requisição dos materiais ocorrerá por meio de “ORDEM DE COMPRA”, que deverá ser preenchida por servidor responsável ou comissão fiscalizadora.

5.4. A Contratada deverá fornecer os produtos acondicionados em embalagens próprias, sem qualquer violação ou danificação, em perfeitas condições de consumo, constando: data, validade, volume, descrição e demais informações necessárias à caracterização e identificação das condições do objeto.

5.5. A Empresa deverá fazer a entrega do objeto, em perfeitas condições de consumo, no Departamento de Materiais e Patrimônio – DPAT/SEME, localizado na Rua Presidente Manoel da Fonseca, 524, Paraíso, Santana - AP, acompanhados das respectivas cautelas de entrega, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00, conforme comunicação prévia, correndo por conta do fornecedor todas as despesas necessárias de transporte, tais como frete, seguros, etc., inclusive carga e descarga.

5.6. O objeto será recebido de acordo com as quantidades, características, especificações e condições estabelecidas no presente Termo de Referência.

5.7. No ato da entrega, a Contratada deverá apresentar, preferencialmente, em duas vias, a Cautela de Entrega de Produtos, impressa em papel timbrado, sem emendas e/ou rasuras, contendo a descrição, quantidades, valor unitário e valor total dos produtos entregues, bem como o dia, hora, nome e assinatura do responsável pelo preenchimento, pela entrega e pelo recebimento dos produtos.

5.8. O recebimento consistirá na comparação das características e especificações do objeto e de sua Nota Fiscal/Fatura com o constante neste Termo.

5.9. Os materiais serão rejeitados no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, a contar da notificação, às custas da Contratada e sem prejuízo da aplicação de penalidades.

5.10. Em conformidade com o artigo 140 da Lei n.º 14.133/2021, o objeto deste Termo será recebido, da seguinte forma:

a) Provisoriamente: pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior para análise da conformidade do objeto com suas especificações e quantidades;

b) Definitivamente: por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

5.11. Considerar-se-á como data efetiva de entrega aquela aposta no Relatório Técnico emitido pelo servidor ou comissão fiscalizadora responsável, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

5.12. No caso de constatação de não conformidade, a data efetiva da entrega será a da regularização total da(s) pendência(s).

5.13. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 7 (sete) dias úteis, a contar do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante relatório técnico detalhado.

5.14. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

5.15. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que couber à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

- 5.16. O prazo para a solução, pela Contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 5.17. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil e nem ético-profissional da Contratada pelos prejuízos resultantes da inobservância das obrigações assumidas.
- 5.18. Será considerada imprópria e será recusada, a embalagem defeituosa ou inadequada, que exponha o produto a contaminação e/ou deterioração, ou que não permita o perfeito armazenamento do mesmo.
- 5.19. Os materiais deverão ser transportados, preferencialmente, em caminhão “tipo baú” específico para este fim, devendo ser previamente higienizado e não conter qualquer substância que possa acarretar deterioração dos materiais.
- 5.20. Os entregadores deverão estar, preferencialmente, devidamente identificados, com adoção de boas práticas, possuindo boa conduta e bom relacionamento no local da entrega.
- 5.21. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, observado o disposto no art. 105 da Lei N.º 14.133/2021.

6. METODOLOGIA PARA AQUISIÇÃO DO OBJETO

6.1 A aquisição do objeto deste Termo, dar-se-á através de procedimento licitatório na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com modo de disputa ABERTO E FECHADO, regendo-se pela Lei n.º 14.133/2021.

6.2 Será utilizado o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, em virtude de se tratar de objeto cuja aquisição apresenta a necessidade de entrega parcelada para atendimento SEME/PMS, conforme disposição do artigo 3º, II, do 11.462/2023, sendo a execução de acordo com as quantidades previstas durante a validade da Ata de Registro de Preço, conforme disponibilidade orçamentária e a necessidade da Administração.

6.3 Por se realizar com Sistema de Registro de Preços, conforme regras estabelecidas em Edital, o presente objeto não caracterizará contratação obrigatória pela Administração, sendo possível, em substituição ao presente procedimento, a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, mediante justificativa razoável;

6.4 A presente Licitação será do Tipo MENOR PREÇO, e a forma de adjudicação será POR GRUPO.

6.4.1 Os itens foram agrupados em GRUPOS devido a natureza em comum dos mesmos, ante a finalidade de serviço para cada Grupo, justificando-se a sua correlação, além da grande quantidade de itens e do quantitativo elevado de alguns itens. Sendo que tal agrupamento, não onera a presente contratação, tampouco representa perda na economia de escala. Além de tais fatores, permite ainda, aumento na competitividade na etapa do certame licitatório.

6.5 Considerando que o valor estimado dos grupos supera o limite previsto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, não se aplica a exclusividade de participação para microempresas e empresas de pequeno porte.

6.6 Quanto à cota de reserva prevista no art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo art. 8º do Decreto Federal nº 8.538 /2015, optou-se pela sua não adoção, tendo em vista que os itens foram agrupados por correlação técnica e funcional, formando conjuntos indivisíveis, cuja fragmentação poderia comprometer a economicidade, a padronização dos materiais, a eficiência logística e a execução adequada do objeto.

6.7 Ademais, registra-se que parte dos itens já integrou certames anteriores que restaram fracassados, circunstância que recomenda a ampliação da competitividade, de modo a mitigar riscos de nova frustração do certame e assegurar o atendimento tempestivo das demandas da Secretaria Municipal de Educação – SEME/PMS.

7. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO FORNECEDOR

7.1 O licitante vencedor deverá comprovar, após a etapa competitiva, que está em situação regular em relação a todas as condições de habilitação para contratação com a Administração Pública, referentes à habilitação Jurídica, Técnica, Fiscal, Social e Trabalhista e Econômico-Financeira, mediante apresentação de documentos dispostos no Edital.

7.2 Na análise dos documentos de habilitação, poderão ser sanados erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.3 Os documentos referidos no Edital poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

7.4 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

7.5 Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

7.6 Quando for o caso, comprovar a aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados de capacidade técnica, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

7.6.1 A exigência disposta no item anterior se faz somente ao licitante vencedor, vedada a comprovação de habilitação dos demais classificados, enquanto não considerados como a melhor proposta, em caso de desclassificação de licitantes mais bem colocados, salvo quando a etapa de habilitação for realizada antes da etapa competitiva.

7.7 Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido no edital.

7.8 Os documentos de habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e social, bem como os de habilitação econômico-financeira poderão ser parcial ou totalmente substituídos por certificado de registro cadastral ou certificado de pré-qualificação, nos documentos abrangidos por esses procedimentos especiais.

7.9 Em havendo a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas por meio de documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre, ressalvado se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

7.10 O desatendimento de exigências meramente formais, entendidas como aquelas que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta, não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo e deverá ser sanado mediante diligência determinada pelo agente de contratação.

7.11 São admitidas diligências relacionadas à entrega de documentos para complementação de informações dos documentos já apresentados, atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento ou ateste de condição de habilitação preexistente à abertura da sessão pública.

7.12 O licitante vencedor deverá manter as condições de habilitação acima descritas durante todo o prazo de vigência da contratação, quando de sua ocorrência.

7.13 Somente após a realização da presente fase de habilitação estará a licitante apta a assinar a Ata de Registro de Preços correspondente, no prazo e condições estabelecidas no instrumento convocatório.

7.14 A Ata de Registro de Preços obedecerá a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores e deverá ser assinada pelo(s) adjudicatário(s) do objeto da licitação.

7.15 Serão incluídos na Ata de Registro de Preços os licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, de modo a formar cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da Ata, respeitada a classificação final obtida no procedimento licitatório.

7.16 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido no edital, permitirá a convocação dos licitantes que aceitarem fornecer os bens com preços iguais aos do licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em lei e no edital da licitação.

7.17 Para a presente contratação são sugeridas certas marcas, como indicação referencial de qualidade, por já terem reconhecimento de mercado quanto aos seus padrões de qualidade, não representando qualquer limitação em relação aos critérios de escolha dos itens.

8. ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1 A Secretaria Municipal de Educação – SEME/PMS exercerá o papel de órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços.

8.2 Será admitida a adesão de órgãos não participantes, limitados até 50% dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, conforme art. 86, § 4º da Lei 14.133/2021.

9. DA AUDIÊNCIA PÚBLICA OU CONSULTA PÚBLICA

9.1 O art. 21 da Lei 14.133/21 dispõe sobre a realização de audiência pública ou de consulta prévia sobre licitação que deseja realizar, as quais não se fazem necessárias na presente demanda, tendo em vista a simplicidade do objeto e a definição clara e precisa dos seus contornos e forma de aquisição dispostas no Estudo Técnico Preliminar realizado pelo DSERV/SEME, neste Termo de Referência e no Edital.

10. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar de sua publicação, e poderá ser prorrogado por igual período, inclusive com possibilidade de renovação do quantitativo inicialmente registrado, mediante comprovação da vantajosidade de preço registrado, nos termos do art. 84 da Lei n.º 14.133/2021.

10.2 A Ata de Registro de Preços estará vigente até que se tenha consumido todo o quantitativo registrado, tanto o saldo gerenciador, e(ou) participantes, quanto o saldo disponibilizado para as adesões, ou até o termo final do prazo de sua validade, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

10.3 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, mediante justificativa.

10.4 Enquanto vigente a Ata de Registro de Preços, aos órgãos participantes não será permitido participar de outras Atas com o mesmo objeto, salvo no caso de ter registrado um quantitativo inferior ao previsto em Edital, conforme determina o art. 82, VIII, da Lei n.º 14.133/2021.

10.5 Os preços registrados não obrigam a Administração a contratar. Contudo, em optando por realizar a contratação, a unidade mínima de cotação será de um item por ordem de compra.

11. DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS

11.1 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 82, VI, da Lei n.º 14.133/2021.

11.2 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução ou acréscimo daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo a Contratada requerer a revisão dos valores junto a Contratante para que as negociações necessárias possam ser realizadas.

12.3 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Contratante poderá convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado ou; liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, caso frustrada a negociação ou; convocar os demais fornecedores registrados visando promover igual oportunidade de negociação, observada a ordem de registro e classificação.

12. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 Por se tratar de Sistema de Registro de Preços, para futuras e eventuais contratações é dispensável a informação de dotação orçamentária para a cobertura da despesa, devendo ser informada somente quando da formalização do contrato ou outro instrumento hábil, nos termos do art. 17 do Decreto n.º 11.462/2023, bem como o art. 12 do Decreto Estadual nº 1.716/2023, os quais regulamentam o Sistema de Registro de Preços em âmbito Federal e no estado do Amapá;

12.2 As despesas decorrentes da contratação do objeto deste Termo correrão à conta dos recursos específicos do órgão gerenciador, cuja Fonte, Programa, Ação e Elementos de Despesas constarão nos respectivos contratos e notas de empenho, quando da efetiva contratação, observado as condições estabelecidas no processo licitatório.

13. DA PROPOSTA

13.1 O licitante deverá enviar a proposta, contendo nome da empresa, número do processo, número do Pregão Eletrônico, objeto, número do Grupo correspondente ao edital, descrição do produto conforme Termo de Referência, apresentação, marca, fabricante, unidade de referência, preço unitário, preço total, quantidade, dados bancários, dados do representante e data.

13.2 Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais e encargos necessários que incidam direta ou indiretamente no fornecimento e entrega dos itens.

13.3 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

13.4 Serão desclassificadas as propostas que:

- a) Contiverem vícios insanáveis, sendo assim considerados aqueles não passíveis de correção por meio da realização de diligências sem alterar substancialmente a proposta ou o seu conteúdo.
- b) Não obedecerem às especificações técnicas indicadas no Edital.

- c) Apresentarem preços inexequíveis, sendo possibilitada, antes da desclassificação, a possibilidade de comprovação da sua exequibilidade pela licitante.
- d) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.
- e) Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

13.5 São considerados vícios sanáveis os que não possuam natureza material e de mérito que ocasionem prejuízo a lisura do certame.

13.6 A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada, procedendo-se à análise das demais, segundo critério de classificação, em caso de desclassificação da proposta anteriormente mais bem classificada.

14. TERMO DE CONTRATO

14.1 A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade de cada órgão participante deste certame, poderá ser formalizada por intermédio de Instrumento Contratual ou outro Instrumento equivalente e ocorrerá no momento em que surgir a necessidade da aquisição, bem como quando conveniente e oportuno à Administração Contratante, devendo, como condição para a assinatura, comprovar a manutenção das condições de habilitação.

14.2 A convocação da empresa adjudicada para a assinatura do instrumento contratual correspondente e retirada da respectiva Nota de Empenho deverá ser atendida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito de fornecimento do objeto ou prestação do serviço. Este prazo poderá ser prorrogável 01 (uma) única vez, quando solicitado pela empresa, durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

14.3 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, ordem de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95, da Lei nº 14.133/2021.

14.4 Se o fornecedor convocado não assinar o Instrumento Contratual, não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente, poderão ser convocados os demais fornecedores que tiverem aceitado fornecer os bens com preços iguais aos do licitante vencedor dispostos no Cadastro Reserva, na sequência da classificação, sem prejuízo das penalidades administrativas cabíveis.

14.5 A recusa injustificada em receber a Nota de Empenho e assinar o Contrato ou seu substituto implicará na inexecução total do compromisso assumido, sujeitando a empresa à aplicação das sanções legalmente estabelecidas.

14.6 Para que seja legalmente admitida a assinatura do contrato ou outro instrumento hábil, a Administração deverá realizar a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários.

14.7 Os contratos e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, divulgados e mantidos à disposição do público em sítio eletrônico oficial, se aplicável.

14.8 Será admitida a manutenção em sigilo de contratos e de termos aditivos quando imprescindível à segurança da sociedade e de Santana, nos termos da Lei de Acesso à Informação e da Lei Geral de Proteção dos Dados (LGPD).

14.9 A entrega da respectiva Nota de Empenho ficará diretamente condicionada ao ato formal de assinatura do respectivo contrato.

14.10 Não serão admitidos recursos, protestos, representações, ressalvas ou outra forma de discordância ou inconformismo a quaisquer tópicos do Contrato que guardem absoluta conformidade com sua minuta, em expressão e substância.

14.11 Ao retirar a Nota de Empenho e assinar o instrumento contratual ou seu substituto, a empresa adjudicada obriga-se a entregar os bens, conforme especificações e condições contidas neste Termo de Referência, no Edital e seus anexos, bem como na proposta apresentada. Prevalecendo-se, no caso de divergência, as especificações e condições dispostas neste Termo de Referência.

14.12 A contratação tem prazo de vigência de até 12 (doze) meses, contados da data de publicação do extrato contratual no Diário Oficial do Estado, a partir de quando as obrigações assumidas pelas partes serão exigíveis, sendo o prazo de execução prorrogável na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

14.13 O Contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

15. FORMA DE PAGAMENTO

15.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após o regular fornecimento do objeto (precedido da respectiva Ordem de Compra), mediante o processamento normal de liquidação e liberação dos recursos financeiros pela Coordenadoria de Orçamento e Finanças – COF/SEME.

15.2 É condição para o processamento do pagamento a apresentação por parte da empresa da(s) Nota(s) Fiscal (is)/Fatura(s) referente(s) ao(s) objeto(s) regularmente fornecido(s), acompanhado(s) dos documentos de habilitação perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, INSS, FGTS e Justiça do Trabalho (CNDT), junto à Administração Contratante, para sua devida certificação, conforme disposto no art.92, inciso XVI da Lei N.º 14.133/2021.

15.3 A cada pagamento ao fornecedor, a Administração Contratante, preferencialmente, realizará consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação, observadas as seguintes condições:

a) Constatando-se situação de irregularidade do fornecedor contratado, deve-se providenciar a sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, o fornecedor regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa;

b) O prazo acima poderá ser prorrogado uma vez por igual período, a critério da Administração;

c) Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do fornecedor, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Administração, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

d) Persistindo a irregularidade, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão dos Contratos em execução, nos autos do Processo Administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa;

e) Havendo o efetivo fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize sua situação junto a Contratante;

f) Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do órgão, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular nos termos acima.

15.4 O pagamento será creditado em favor da Contratada, através de ordem bancária, na entidade bancária indicada na proposta, cabendo ao interessado informar com clareza o nome do banco, assim como os números da respectiva agência e da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito;

15.5 Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal ou Fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

15.6 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.7 A Administração reserva-se ao direito de descontar da(s) Nota(s) Fiscal (is)/Fatura(s) a serem pagas, qualquer débito existente da empresa em consequência de penalidade aplicada durante o fornecimento do objeto, bem como as taxas e impostos pertinentes.

15.8 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isto gere direito ao pleito de reajustamento ou correção monetária do valor inicial.

15.9 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

15.10 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

16.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

16.3 Responsabilizar-se pela guarda e armazenamento dos produtos pretendidos, sem ônus para a Administração contratante, até a sua entrega definitiva.

16.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

16.5 Repor ou substituir, às suas expensas, o produto com avarias ou defeitos, ou que não correspondam com o solicitado neste Termo de Referência, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

16.6 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

16.7 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

16.8 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

16.9 Recolher todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições, estaduais e municipais, que incidam ou venham a incidir sobre a aquisição do objeto e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pela Administração;

16.10 Assumir todas as despesas decorrentes do transporte dos materiais inclusive carga e descarga, até o local indicado neste Termo.

16.11 Assegurar à Administração o direito de fiscalizar, sustar e/ou recusar os materiais que não estejam de acordo com as condições estabelecidas no presente Termo, ficando certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização a exime das responsabilidades pactuadas.

16.12 Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Administração contratante.

16.13 Proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais disponibilizados em razão da licitação ou da contratação, inclusive nos meios digitais, atuando da seguinte forma:

a) A coleta de dados pessoais indispensáveis à própria realização do procedimento licitatório ou da contratação só poderão ser utilizados na execução dos objetos especificados neste Termo de Referência, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins.

b) Os sistemas, que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados, seguem um conjunto de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação.

c) Os dados obtidos serão armazenados em um banco de dados seguro da SEME/PMS, mantido em território nacional, sendo vedado o compartilhamento desses dados com terceiros.

d) Não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, será providenciado o seu descarte de forma segura.

16.14 Declarar que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se comprometer a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados em virtude da contratação.

16.15 Cumprir estritamente os ditames estabelecidos pela Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), mediante a adoção de política de proteção de dados.

16.16 Dar conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas a respeito de dados pessoais, instruindo-os quanto ao tratamento de dados nos ditames da Lei nº 13.709/2018.

16.17 Guardar absoluto sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual, por até 10 (dez) anos contados após o encerramento do vínculo contratual com a Administração.

16.18 Manter contato formal com a Contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, para que esta possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

16.19 Apresentar, sempre que solicitada, documentos que comprovem a procedência do objeto fornecido.

16.20 Responsabilizar-se por todas as obrigações dispostas na Lei nº 14.133/21.

16.21 Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à Administração ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante a entrega do objeto, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

16.22 Assumir a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do Processo Licitatório e da execução do contrato.

16.23 A inadimplência da empresa, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração contratante, nem poderá onerar os materiais objeto deste Termo, razão pela qual a Empresa renuncia a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a contratante.

16.24 Em caso de licitante que possui sede fora do território brasileiro é obrigatória a nomeação de procurador residente e domiciliado no Brasil, com poderes para receber citação, intimação e responder administrativa e judicialmente por seus atos, juntando o instrumento de mandato com os documentos de habilitação.

17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

17.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

- a) Proporcionar todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições estabelecidas nesse termo;
- b) Rejeitar, todo ou em parte, os itens entregues em desacordo com as especificações descritas no termo, e com as obrigações assumidas pelo fornecedor;
- c) Efetuar o pagamento do objeto nos termos do contrato mediante Nota Fiscal devidamente atestada.

17.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste Termo e na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

17.3 Comunicar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

17.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.

17.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

17.6 Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações exigidas.

17.7 Permitir livre acesso dos empregados da empresa às suas dependências para a entrega do objeto a ser fornecido, desde que cumpridas todas as exigências cabíveis.

17.8 Proporcionar as facilidades necessárias para que a contratada possa fornecer o objeto deste Termo dentro das normas estabelecidas.

17.9 Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da empresa;

17.10 Proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais disponibilizados em razão da licitação ou da contratação, inclusive nos meios digitais, atuando da seguinte forma:

- a) A coleta de dados pessoais indispensáveis à própria realização do procedimento licitatório ou da contratação só poderão ser utilizados na execução dos objetos especificados neste Termo de Referência, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;
- b) Os sistemas, que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados, seguem um conjunto de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação;
- c) Os dados obtidos serão armazenados em um banco de dados seguro da SEME/PMS, mantido em território nacional, sendo vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;
- d) Não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, será providenciado o seu descarte de forma segura.

17.11 É vedada a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

17.12 Representar à Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD) a respeito do descumprimento da Contratada às disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), para a devida aplicação de sanções administrativas dispostas no art. 52 da Lei nº 13.709/2018.

17.13 Manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse de informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

18.14 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

18. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 Estará sujeita às penalidades administrativas previstas na Lei n.º 14.133/2021 a licitante e/ou contratada que:

- a) convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, não aceitar ou retirar a nota de empenho;
- b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;

- c) deixar de executar total ou parcialmente, qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e) não manter a proposta;
- f) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo;
- h) fazer declaração falsa;
- i) cometer fraude fiscal;
- j) não cumprir ou cumprir irregularmente as normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos, quando os pedidos de prorrogação e/ou modificação não forem acatados pela Administração;
- k) desrespeitar as determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar o contrato ou por autoridade superior;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

18.2 A licitante e/ou contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo das demais cominações legais, às seguintes sanções:

- a) advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- b) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado na execução do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicados oficialmente;
- c) multa compensatória de até 15% (quinze por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total do objeto e pela recusa em retirar a Nota de Empenho, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente, e sem prejuízo da aplicação de outras sanções legalmente previstas;
- d) Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- e) impedimento de licitar e contratar com o Município de Santana com o consequente descredenciamento do Cadastro Central de Fornecedores do Município de Santana, pelo prazo de até 03 (três) anos;
- f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, quando a infração justificar a sua imposição;

18.3 Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração Pública e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade conforme proposta dos órgãos de controle.

18.3.1 A sanção de advertência será aplicada quando a licitante der causa à inexecução parcial do contrato e não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

18.3.2 A sanção de multa poderá ser aplicada em quaisquer hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/21 e ensejará na possibilidade de defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias contados de sua intimação.

18.3.3 A sanção de impedimento de licitar e contratar com o Município de Santana será aplicada quando a licitante der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; der causa à inexecução total do contrato; deixar de entregar a documentação exigida para o certame; não manter a proposta; não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ou ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, e não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

18.3.4 A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada quando a licitante apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato; fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude; praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 e, também, nas hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando a gravidade da conduta justificar a sua imposição.

18.4 As sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar com a Administração, e de declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração poderão ser aplicadas à contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

18.5 A sanção de declaração de inidoneidade será de competência do representante legal da SEME/PMS.

18.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração a contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

18.7 A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou a Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

18.8 A aplicação das sanções administrativas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

18.9 Em atenção ao princípio da proporcionalidade, na estipulação das sanções, a autoridade competente, deverá considerar a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, o grau de comprometimento do interesse público e o prejuízo pecuniário decorrente das irregularidades constatadas, bem como alicerçar-se na análise jurídica prévia realizada, nos termos do art. 156, par. 6º da Lei n.º 14.133/2021.

18.10 As situações dispostas no art. 137 da Lei n.º 14.133/21 poderão ensejar, a critério da Administração, a rescisão unilateral do contrato.

18.11 Prescreve em 05 (cinco) anos, a contar da ciência da infração, a possibilidade de aplicação de sanções pela Administração.

18.12 Os atos previstos como infrações administrativas nas Leis n.º 14.133/21 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n.º 12.846 (Lei Anticorrupção) serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na Lei Anticorrupção.

18.13 É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade mediante a reparação integral do dano causado à Administração Pública, o pagamento da multa indicada, o transcurso do prazo mínimo de 01 (um) ano da aplicação da penalidade (no caso de impedimento de licitar e contratar) ou de 03 (três) anos da aplicação da penalidade (no caso de declaração de inidoneidade), o cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo e a realização de análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento destes requisitos.

18.14 Em caso de descumprimento das disposições dispostas na Lei n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) será remetida representação à Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD), que poderá aplicar as sanções administrativas dispostas no art. 52 da respectiva Lei.

19. ESTIMATIVA DE CUSTOS

19.1 A estimativa de custo para Aquisição de Materiais para Execução de Serviços de Pequenos Reparos (elétricos, refrigeração e roçagem), tem o valor global de R\$ 2.838.535,44 (dois milhões, oitocentos e trinta e oito mil, quinhentos e trinta e cinco reais e quarenta e quatro centavos), conforme se extrai da pesquisa de preços realizada através da ferramenta Banco de Preços, conforme IN N° 65/2021, que indicou a mediana dos preços praticados no mercado.

20. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

20.1 A execução dos trabalhos previstos neste ato não implicam em qualquer relação de emprego o vínculo trabalhista.

20.2 O certame licitatório relativo a presente demanda será de encargo do agente de contratação designado pela Subsecretaria de Central de Licitações da Secretaria Municipal de Administração – SCL/SEMAD. O mesmo terá tal encargo findado quando da homologação do certame, nos termos do art. 8º da Lei n.º 14.133/2021.

20.3 Nos termos do art. 164 da Lei n.º 14.133/2021, são permitidos esclarecimentos acerca do certame, estes devem ser solicitados a Secretaria Municipal de Educação – SEME/PMS, ficando definido o Foro da Comarca de Santana – AP, para dirimir quaisquer dúvidas surgidas em decorrência do cumprimento da licitação e contrato.

Santana – AP, 18 de março de 2026

ANTHONY DE ARAÚJO PEREIRA

MEMBRO DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

APROVO o competente Termo de Referência e AUTORIZO a abertura do procedimento licitatório, conforme os termos da Lei n.º 14.133/21 e, em especial, do Decreto nº 11.246/22 e da IN SEGES/ME n.º 73/2022 e demais normas aplicáveis.

AMARILSON GUILHERME DO AMARAL
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Decreto nº 1343/2021

21. ANEXO

ANEXO

- Segue abaixo as especificações dos itens com seus respectivos quantitativos e unidade de fornecimento, conforme agrupamento em Grupos, para cada qual consta o valor estimado, de acordo com a pesquisa de preços realizada:

GRUPO 1 - Materiais para execução de serviços de pequenos reparos diversos

ITEM	OBJETO COM ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QTD
01	ANDAIME: material em aço carbono. Modelo tubular modulado. Dimensões: 1,00x1,00. Características adicionais: tipo "h". Acessórios: diagonal, rodízio, ferro, painel horizontal pranchão e sapatas.	UND	02
02	ALICATE de corte diagonal Tamanho: 6" Forjado em aço e cabos revestidos para isolamento de 1000V.	UND	15
03	ALICATE DE PRESSÃO: Mordentes forjados em aço cromo vanádio; Corpo fabricado por chapas conformadas; Acabamento cromado; Possui abertura regulável; Alavanca para destravar; Mordentes com perfil reto; Capacidade de abertura 20mm; Tamanho: 10".	UND	10
04	ALICATE UNIVERSAL 8 polegadas, forjadas em aço Cr-V DIN 31CrV3, cabeça articulação polidas, têmpera total no corpo, têmpera por indução no gume e corte. Empunhadura em PVC, isolamento elétrica d1.000VCA DIN 5746.	UND	25
05	ALICATE: Alicate bico meia cana reto 6" isolado Alicate meia cana dupla injeção Forjado em aço cromo vanádio. Cabeça E articulação polidas. Têmpera total no corpo.	UND	10

	Têmpera por indução no gume de corte. Isolação elétrica de 1.000V CA.		
06	ARCO DE SERRA AJUSTÁVEL. Lâmina 12". Corpo em aço carbono. Cabo em polipropileno injetado. Possui regulagem para lâminas de 10" e 12".	UND	10
07	BOMBA DE VÁCUO: tipo duplo estágio, potência motor 1 hp, voltagem bivolt v, vazão 12 m3/min.	UND	04
08	CABO AÇO: Tratamento Superficial: Galvanizado. Tipo: Alma De Fibra. Bitola: 1/2 POL. Aplicação: Manobra De Peso. Características Adicionais: Classificação 6 X 19 Af.	METRO	30
09	CABO AÇO: Tratamento Superficial: Galvanizado. Tipo: Alma De Fibra. Bitola: 3/4 POL. Aplicação: Manobra De Peso. Características Adicionais: Classificação 6 X 37, Tração 80 /200 Kg/Mm2.	METRO	30
10	CARRINHO DE MÃO capacidade de 60 litros, pneus com câmeras de 3,25; caçamba metálica chapa 26 (45mm)	UND	20
11	CAVADEIRA MANUAL: Material: Aço Carbono Especial; Estrutura: Temperada em todo o corpo da peça; Pintura: Eletrostática a pó; Tipo: Articulada metálica; Cabo: De madeira de 110 cm à 170cm; Similar ou equivalente a Tramontina; Dimensões aproximadas do produto: 129 x 11 x 12 cm; Peso aproximado do produto: 1,745 kg.	UND	10
12	CAVADEIRA RETA, similar ou equivalente a marca Tramontina, com cabo de madeira, medindo 120cm à 170cm; pintura eletrostática a pó; lâmina tamanho 8; possui olho de 35 mm de diâmetro.	UND	10
13	OLEO LUBRIFICANTE: Tipo desengripante, antioxidante, para porca, parafusos, em spray, acondicionado em lata com válvula aerosol de 300ml.	UND	30
14	ENXADA: Material: ferro forjado, largura: 23,6 cm, altura: 18 cm, peso: 1,13 kg, tipo: larga, material cabo: madeira, comprimento cabo: 150 cm.	UND	25
15	<p>ESCADA EXTENSIVA FIBRA: é constituída por duas partes, uma fixa e outra móvel. Os perfis laterais das escadas são confeccionados em fibra de vidro utilizando o moderno processo de Pultrusão. Os degraus das escadas são fabricados com alumínio 6061 com formato em D para maior conforto ao usuário.</p> <p>Especificações Gerais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cinta de apoio para poste em correia lonada; - Possuem Faixas de Segurança em amarelo e preto nas laterais; - Sapatas de Borracha antiderrapante; - Peso 19 kg; - Capacidade de carga: até 120 kgs do usuário; <p>Dimensões: mínimo 3m de altura (fechada) e 40cm de largura.</p>	UND	2
16	ESCADA: multifuncional, articulada, com 12 degraus; carga máxima de trabalho: 150Kg; Dimensão fechada: 410 x 270 x 950 mm; Altura da escada: estendida: 3,39m; fechada: 0,98m.	UNID	03

17	FITA: Material pvc, largura 100 mm, comprimento 10 m, características adicionais: utilizada no envelopamento de instalações, finalidade para isolamento em refrigeração.	UND	300
18	FITA ISOLANTE ELÉTRICA: material básico pvc auto-extinguível, resistência à tensão até 750v, cor preta, classe temperatura 105c, largura nominal 19 mm, espessura nominal 0,19 mm, comprimento nominal 2 m.	UND	30
19	ENXÓ: Em aço, com cabo de madeira, medindo 60 cm	UND	10
20	ESQUADRO em alumínio de 30 cm similar ou equivalente a marca Tramontina.	UND	05
21	Formão: Material corpo: cromo vanádio, aplicação: carpintaria, características adicionais: jogo com 4 peças. Material cabo: madeira. Bitolas: 3/8, 1/2, 5/8 e 3/4 polegadas.	JOGO	10
22	BROCA: Material: aço rápido, componentes: 7 brocas com diâmetro de 0,6mm; 0,8mm; 10mm; 12mm. Aplicação: martete/concreto, comprimento: 200 mm, características adicionais: jogo com 7 peças, tipo encaixe sds.	JOGO	10
23	<p>JOGO DE CHAVE TORX, Longo tipo l c/ 09 peças</p> <p>Jogo de chaves perfil Torx</p> <p>Chaves allen tipo "L"</p> <p>- Jogo com 9 peças</p> <p>- Medidas: T7; T8; T9; T10; T15; T20; T25; T30; T40</p> <p>Ferramentas fortificadas</p>	JOGO	05
24	JOGO DE CHAVE: Material em aço, tipo ajustável, quantidade peças 4, tamanhos 6", 8", 10" e 12" polegadas. Modelo inglesa.	JOGO	05
25	ESQUADRO estriado 1/2 pol.	UND	05
26	<p>JOGO DE TARRACHA: Contém 40 peças, sendo:</p> <p>-1 Vira Macho ajustável.</p> <p>-1 Vira Tarraxa ajustável.</p> <p>-1 Mini Chave de Fenda.</p> <p>-1 Pinça vira macho.</p> <p>-1 Calibrador de Rosca com 12 Lâminas: 0.5, 0.6, 0.7, 0.75, 0.8, 0.9, 1.0, 1.25, 1.5, 1.75, 2.7 e 2.8.</p> <p>-1 Maleta.</p> <p>-17 Machos: M3X0.5, M3X0.6, M4X0.7, M4X0.75, M5X0.8, M5X0.9, M6X0.75, M6X1.0, M7X0.75, M7X1.0, M8X1.0, M8X1.25, M10X1.15, M10X1.5, M12X1.5, M12X1.75.</p> <p>-17 Tarraxas: M3X0.5, M3X0.6, M4X0.7, M4X0.75, M5X0.8, M5X0.9, M6X0.75, M6X1.0, M7X0.75, M7X1.0, M8X1.0, M8X1.25, M10X1.25, M10X1.5, M12X1.5, M12X1.75.</p> <p>-1 Macho NPT: 1/8-27.</p>	JOGO	03

	Composição: Aço-Liga Tungstênio. - Com uma maleta, similar ou equivalente Tramontina.		
27	KIT DE BROCA PARA MADEIRA, com 4 peças: ¼; 5/16; 3/8; ½. 2 - Jogo para Madeira Estojo plástico tipo carteira com 13 brocas Indicado para Madeira Encaixe cilíndrico - Medidas em mm: 1,5mm / 2mm / 2,5mm / 3mm / 3,2mm / 3,5mm / 4mm / 4,5mm / 4,8mm / 5mm / 5,5mm / 6mm / 6,5 mm similar ou equivalente a marca Tramontina.	KIT	03
28	KIT DE CHAVE FENDA ponta magnética, Emborrachada, · 5/16 x 6,0; · 5/16 x 8,0; · 5/32 x 4,0; · 1/4 x 4; · 1/4 x 4 x N°.2; · 1/4 x 1.1/2; · 1/4 x 1.1/2 x N°.2; · 1/4 x 6	KIT	05
29	KIT DE CHAVE PHILIPS ponta magnética, com 21 peças: 3 Chaves de fenda: 6x38mm - 5x75mm - 6x100mm. -3 Chaves Phillips: PH2x38mm - PH1x75mm - PH2x100mm. -3 Bits de fenda de 1": 5, 6, 7 mm. -3 Bits Phillips de 1": PH1, PH2, PH3. -3 Bits Pozidriv de 1": PZ1, PZ2, PZ3. -5 Bits torx de 1": T10, T15, T20, T25, T273 Cabos ergonômico emborrachados	KIT	05
30	TORQUÊS: 12 Polegadas Berg 485; Ferramenta forjada em aço carbono; Corpo fosco e cabeça lixada; Cabos pintados; Comprimento: 12" (305 mm) similar ou equivalente a marca Tramontina.	UND	06
31	LIMA, triangular, delgada 4"- 100mm para afiar alicate cutícula serrote.	UND	10
32	MACHADO - Machado material: aço forjado, largura lâmina: 14 cm, peso: 1,58kg, comprimento cabo: 1metro.	UND	04
33	MANGUEIRA, para jardim 30 metros, equivalente a marca Tramontina.	UND	06

34	MARRETA 3 kg, Marreta oitavada 3000 g, basic com cabo de madeira similar ou equivalente a marca Tramontina.	UND	02
35	MARTELO: Unha de 27 mm, profissional, com cabo de fibra. Similar ou equivalente a marca Tramontina.	UND	05
36	PÁ DE BICO, em aço carbono com cabo em madeira de 120cm à 130cm. Similar ou equivalente a marca Tramontina.	UND	10
37	PÉ DE CABRA em aço forjado 3/4x60cm.	UND	03
38	PICARETA com pintura anticorrosiva com cabo de madeira de 90cm.	UND	04
39	PLAINA MANUAL: material corpo: metálico, largura lâmina: 4 cm, tamanho: 25 cm, material cabo: madeira, material lâmina: aço cromo vanádio.	UND	02
40	PRUMO : de aço de parede, corda em nylon de alta resistência - peso 500g.	UND	03
41	PREGO: com Cabeça 10 x 10 Embalagem 01 Kg	UND	100
42	PREGO: com Cabeça 16 x 24 Embalagem 01 Kg	UND	100
43	PREGO: com Cabeça 15 x 21 Embalagem 01 Kg	UND	100
44	PREGO: com Cabeça 19 x 39 Embalagem 01 Kg	UND	100
45	PREGO: com Cabeça 22 x 48 Embalagem 01 Kg	UND	100
46	RÉGUA DE PEDREIRO, Régua de alumínio com 2 metros	UND	04
47	FIO DE CORTE, para roçaderia, quadrado, 3,00 mm x 312m	ROLO	200
48	FIO DE CORTE, para roçaderia, redondo, 3,00 mm x 312m	ROLO	200
49	ÓLEO LUBRIFICANTE, para roçadeiras, para motores 2 tempos, 500 ml	FRASCO	1200
50	SERROTE: lâmina em aço; cabo de Madeira; Comprimento de: 18"; 450mm, similar ou equivalente a marca Tramontina; Número de dentes por polegada: 6; Dureza dos dentes: 55HRc	UND	04

GRUPO 2 - Materiais para execução de serviços elétricos

ITEM	OBJETO COM ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QTD
	ALICATE AMPERÍMETRO: material: plástico, tipo: digital, corrente: 1000a ac/ 1000a dc a, voltagem: 1000v dc/750v ac v, alimentação: 3 pilhas aaa de 1,5v, voltagem bateria: 1,5		

01	v, aplicação: laboratório didáticos, características adicionais: com display lcd colorido, capacitância de 10 nano.	UND	10
02	ALICATE PARA CRIMPAR: material: aço cromo vanádio, tipo cabo: isolado, aplicação: conectores rj09 / rj11 / rj45 categoria 5e, características adicionais: função corte decape /sistema de catraca, tipo corte: triplo.	UND	10
03	BASE PARA RELÉ: fotocélula.	UND	120
04	BOCAL DE LOUÇA: E-27.	UND	200
05	BOCAL DE LOUÇA: E-40.	UND	200
06	NIVEL DE MÃO: Base Magnética De Alumínio; 12 Polegadas 300mm; Cumprimento: 30 cm; Alta precisão; Ângulos de medição: 0, 45 e 90°; Nível base magnética; Similar ou equivalente a marca Brasfort	UND	02
07	REFIL CILINDRO GÁS MAP: material: descartável, tipo gás: metil acetileno propadieno, volume: 400 gr, características adicionais: cilindro descartável para maçarico portátil.	UND	30
08	ROLAMENTO, 608z motor aspirador.	UND	10
09	BOLSA FERRAMENTA: Material: lona , cor: preta e amarela , tipo: impermeável , material fundo: plástico reforçado , material armação: metal , comprimento: 450 mm, altura: 300 mm, largura: 200 mm, características adicionais: 22 divisões/bolsos,12 interna e 10 externa.	UND	02
10	CABO ELÉTRICO MULTIPLEXADO: bitola de 10mm, fornecimento bifásico, feito a 3 fios (duas fases e um neutro).	metro	2000
11	CABO ELÉTRICO MULTIPLEXADO: bitola de 16mm, fornecimento bifásico, feito a 3 fios (duas fases e um neutro).	Metro	2.000
12	CABO ELÉTRICO MULTIPLEXADO: bitola de 25mm, fornecimento trifásico, feito a 4 fios (três fases e um neutro).	Metro	2.000
13	CABO ELÉTRICO MULTIPLEXADO: bitola de 35mm, fornecimento trifásico, feito a 4 fios (três fases e um neutro).	Metro	2.000
14	CABO DE COBRE FLEXÍVEL: 35mm – 750 para suportar 110 amperes com 100 metros.	Peças	50
15	CABO DE COBRE FLEXÍVEL: 50mm – 750 para suportar 134 amperes com 100 metros	Peças	50
16	CABO EXTRA FLEXÍVEL: bitola de 04mm Cor Azul material condutor cobre, material isolamento PVC com 100 metros.	Peças	50
17	CABO EXTRA FLEXÍVEL: Bitola de 06mm Cor Azul material condutor cobre, material isolamento PVC com 100 metros	Peças	50

18	CABO EXTRA FLEXÍVEL: Bitola de 10mm Cor Azul material condutor cobre, material isolamento PVC com 100 metros.	Peças	50
19	CABO EXTRA FLEXÍVEL: Bitola de 16mm Cor Azul material condutor cobre, material isolamento PVC com 100 metros.	Peças	50
20	CABO EXTRA FLEXÍVEL: Bitola de 2,5mm Cor Azul material condutor cobre, material isolamento PVC com 100 metros	Peças	50
21	CABO EXTRA FLEXÍVEL: Bitola de 25mm Cor Azul material condutor cobre, material isolamento PVC com 100 metros.	Peças	50
22	CABO PP: Com fios de cobre, seção circular 2,5 mm ² , eletrolítico, têmpera mole, flexível, isolação 0,6/1kv, selo INMETRO (cor preta), 4 vias.	Metro	300
23	CAIXA DE SOBREPOR: (tomada), dois módulos, de 20A.	UND	100
24	<p>CAIXA MALETA DE FERRAMENTAS: Kit completo com 148 peças Maleta com 148 peças para os principais trabalhos manuais, alta qualidade e super resistente Material: aço carbono, plástico ABS, PP, PVC, nylon e borracha Maleta dobrável de ferramentas com compartimentos e identificação de medidas, dimensões da maleta: 33 x 25 x 7 cm Peso: 2Kg</p> <p>Itens inclusos:</p> <p>1 Alicate bico meia cana 6 Pol.</p> <p>1 Chave ajustável 6 Pol.</p> <p>1 Cabo para bits.</p> <p>1 Martelo de unha 230 gramas.</p> <p>1 Estilete 18mm.</p> <p>1 Nível tipo torpedo.</p> <p>1 Jogo de chave Allen 8 Peças: 1.5, 2, 2.5, 3, 4, 5, 5.5 e 6mm.</p> <p>40 Bits sendo:</p> <p>8 Bits Phillips: 1x PH0, 3x PH1, 3x PH2 e 1x PH3. 7 Bits fenda: 2, 2.5, 3, 4, 5, 6 e 7mm.</p> <p>6 Bits pozi: 1x PZ0, 2x PZ1, 2x PZ2 e 1x PZ3. 4 Bits quadrados: 2x S1 e 2x S2.</p> <p>8 Bits Allen: H1.5, H2, H2.5, H3, H4, H5, H5.5 e H6.: 6 Bits torx: T10, T15, T20, T25, T27 e T30.</p> <p>1 Adaptador</p> <p>1 Trena 3.5m.</p> <p>6 Chaves de precisão:</p> <p>2 Chaves phillips: PH0 e PH1.</p> <p>4 Chaves de fenda: 1.4, 2.0, 2.4 e 3.0mm.</p> <p>2 Grampos sargento com mola.</p>	KIT	05

	85 Peças de fixação com caixa plástica 1 Maleta.		
25	CAPACITOR DUPLO, 45+2,5 MFD 440V.	UND	200
26	CAPACITOR DUPLO, 35+2,5 MFD 380V.	UND	200
27	CAPACITOR DUPLO, 55+3 UF 440V	UND	200
28	CANETA CHAVE TESTE: Medida: 140 mm; Medida Mínima de Voltagem: 100V; Medida Máxima de Voltagem: 200V.	UND	05
29	CANALETA DE SUPERFÍCIE: cor branco, de 20 x 10mm com adesivo.	UND	300
30	CAPACETE: Classe B Verde - com Jugular.	UND	05
31	CAPACITOR: para ventilador de Teto de 10 mfd.	UNID.	200
32	COLETE DE SEGURANÇA: respirável com zíper frontal de 4 bolsos de alta visibilidade com tiras refletivas, colete uniforme	UNID.	15
33	CONECTOR ELÉTRICO: Características adicionais: principal 10 a 95mm ² al/cu e derivação 4 a 50mm ² a, tipo: IPC 04, tipo construtivo: perfurante isolado, aplicação: rede elétrica baixa tensão.	UNID.	300
34	DISJUNTOR BIPOLAR: 32A Tensão 220V Mini Disjuntor, compatível com sistema DIN.	UNID.	300
35	DISJUNTOR BIPOLAR: 50A Tensão 220V Mini Disjuntor, compatível com sistema DIN.	UNID.	300
36	DISJUNTOR BIPOLAR: 80A Tensão 220V Mini Disjuntor, compatível com sistema DIN.	UNID.	300
37	DISJUNTOR MONOPOLAR: 10A Tensão 127V Mini Disjuntor, compatível com sistema DIN.	UNID.	300
38	DISJUNTOR MONOPOLAR: 16A Tensão 127V Mini Disjuntor, compatível com sistema DIN.	UNID.	300
39	DISJUNTOR MONOPOLAR: 20A Tensão 127V Mini Disjuntor, compatível com sistema DIN.	UNID.	300
40	DISJUNTOR MONOPOLAR: 25A Tensão 127V Mini Disjuntor, compatível com sistema DIN.	UNID.	300
41	DISJUNTOR MONOPOLAR: 32A Tensão 127V Mini Disjuntor, compatível com sistema DIN.	UNID.	300

42	DISJUNTOR MONOPOLAR: 40A Tensão 127V Mini Disjuntor, compatível com sistema DIN.	UNID.	300
43	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO 250ª	UNID.	30
44	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO 300ª	UNID.	30
45	DISJUNTOR TRIPOLAR 100A Tensão 380V Mini Disjuntor, compatível com sistema DIN	UNID.	200
46	DISJUNTOR TRIPOLAR 150A Tensão 380V Mini Disjuntor, compatível com sistema DIN.	UNID.	30
47	DISJUNTOR TRIPOLAR 200A Tensão 380V Mini Disjuntor, compatível com sistema DIN.	UNID.	30
48	CABO PP: trançado, de 2,5mm. Peça com 100 metros.	PEÇA	50
49	CABO PP: trançado, de 4mm. Peça com 100 metros.	PEÇA	50
50	CABO PP: trançado, de 6mm. Peça com 100 metros.	PEÇA	50
51	FITA ISOLANTE de 19mm x 20m com 250 unidades	CAIXA	10
52	FITA ISOLANTE DE AUTO FUSÃO: anti-chamas com resistência mínima de 600volts, cor preta. Dimensões: 19mm x 20m x 0,13mm com 12 unidades.	Caixa	10
53	INTERRUPTOR + TOMADA 4x2 BR	UND	100
54	INTERRUPTOR DUPLO + TOMADA 4x2 BR	UND	200
55	INTERRUPTOR DUPLO 4x2 BR	UND	200
56	INTERRUPTOR DUPLO, sobrepor, cor branco, 6ª 250V	UND	200
57	INTERRUPTOR SIMPLES 4x2 BR	UNID.	200
58	INTERRUPTOR TRIPLO 4x2 BR	UNID.	200
59	JOGO DE CHAVE TORX, Longo tipo l c/ 09 peças Jogo de chaves perfil Torx. Medi 4x2 BR das: T7; T8; T9; T10; T15; T20; T25; T30; T40 – Ferramentas fortificadas	JOGO	15
60	KIT DE BROCA PARA MADEIRA, Estojo plástico tipo carteira com 13 brocas de 1/2 à 6,5 polegadas.	KIT	20
61	KIT DE CHAVE ALLEN: tipo "L" Jogo com 9 peças Hexagonal Tamanhos: de 1,5 a 10” Forjado em aço cromo-vanádio, longa, 09 peças.	KIT	15

62	LÂMPADA PAINEL DE LED de 25w	UNID.	6000
63	LÂMPADA ECONÔMICA de 9w	UND	2000
64	LÂMPADA Vapor Metálico 250w. base E-40	UND	500
65	LÂMPADA Vapor Metálico 400w. base E-40	UND	500
66	LUVA SUPER SAFETY: ss1006n multitalo.	PARES	15
67	MULTÍMETRO: Tensão Ac: 600/1000 V. Corrente Dc: 200/60/600/1000 A Corrente Ac: 60/600/1000 A Resistência: 600/6k/60k/600k/6m/60 MOHM. Características Adicionais: Display Lcd 3.3/4 Dígitos, 6000 Contagens. Tensão Dc: 600/1000 V. Tipo: Digital. Sensibilidade: 20 Mohms, Ac/Dc. Capacidade: 1000 V. Funcionamento: 2 Baterias 1,5v (Aaa). Dimensões: 190 X 70 X 30 MM.	UNID.	05
68	NÍVEL A LASER: De Linhas Bosch G112-12 + Acessórios.	UNID.	05
69	VOLTÍMETRO DIGITAL: dimensões: 9,5 x 19 x 3 mm. Faixa medição: 0,1 a 250vd	UNID.	05
70	PLAFON REDONDO: branco bocal louça E-27 – 100w	UNID	2000
71	PRANCHETA OFÍCIO: PRENDEDOR DE METAL) Pranchetas ofício confeccionadas em duratex Prancheta em tamanho A4 A embalagem da prancheta, após aberta e utilizada, vira um display para armazenamento e organização.	UNID.	10
72	QUADRO DISTRIBUIÇÃO SOBREPOR 20 Disj, DIN, bifásico, com Barramento 100ª, com tampa, comprimento 12cm, largura 34cm, altura 54cm, peso 4,500kg	UNID.	100
73	MARRETA PARA BORRACHA, Cabo em madeira, diâmetro de 33 cm similar ou equivalente a marca Tramontina	UNID.	02
74	CABO ELÉTRICO MULTIPLEXADO: bitola de 16mm, fornecimento trifásico, feito a 4 fios (três fases e um neutro).	METRO	2000
75	ESCADA: multifuncional articulada, com 12 degraus; Carga máxima de trabalho: 150Kg; Dimensão fechada: 410 x 270 x 950 mm; Altura da escada: Estendida:3,39m; Fechada: 0,98 m; Pintor: 1,63m; Andaime: 0,86m.	UNID.	08
76	QUADRO DISTRIBUIÇÃO SOBREPOR 15 Disj, DIN, trifásico, com Barramento 100ª, com tampa, comprimento 12cm, largura 34cm, altura 54cm, peso 4,500kg	UNID.	100
77	REATOR ELETRÔNICO: 1x40w bivolt	UNID.	100
78	REATOR ELETRÔNICO: 2x40w bivolt	UNID.	100
79	REATOR VAPOR METÁLICO: 250w–220v para uso externo, ligado sem ignitor	UNID.	500

80	REATOR VAPOR METÁLICO: 400w–220v para uso externo, ligado sem ignitor.	UNID.	500
81	REFLETOR SEM LÂMPADA: 250w alumínio retangular soquete base E-40.	UNID.	500
82	REFLETOR SEM LÂMPADA: 400w alumínio retangular soquete base E-40.	UNID.	500
83	RELÉ FOTOCÉLULA eletrônico bivolt	UNID.	400
84	TOMADA DE EMBUTIR, dupla, 10A, NBR 14136, sem espelho, compatível com sistema “Condulete”	UNID.	300
85	TOMADA DE EMBUTIR, dupla, 20A, NBR 14136, sem espelho, compatível com sistema “Condulete”	UNID.	300
86	TOMADA DUPLA, 20A - 250V	UNID.	400
87	TRENA DIGITAL LASER: medidor de 50 metros, medição rápida de distância, área e volume com operação de um botão cálculo automático da área e do volume alvo fácil com luz ponteiro laser. lcd grande com luz de fundo correção automática e tecnologia de relatório de erros.	UNID.	05
88	TRENA FIBRA 100M CAIXA ABERTA: Caixa plástica em ABS de alta resistência Fita em fibra de vidro de alta durabilidade resistente à água e variações de temperatura, graduação em mm/pol, manivela para recolhimento da fita, clipe metálico na ponta da fita e cabo ergonômico emborrachado.	UNID.	05
89	TRENA FIBRA 50M CAIXA ABERTA: Caixa plástica em ABS de alta resistência Fita em fibra de vidro de alta durabilidade resistente à água e variações de temperatura, graduação em mm/pol, manivela para recolhimento da fita, clipe metálico na ponta da fita e cabo ergonômico emborrachado.	UNID.	05

GRUPO 3 – Máquinas e ferramentas elétricas

ITEM	OBJETO COM ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QTD
01	FERRO DE SOLDA com cabo e plug normatizado Potência: 60W Voltagem: 110V Ponteira e haste metálica e cabo plástico	UND	20
02	FURADEIRA: A bateria, 18V à 20V, de 3/8 polegadas. Com carregador bivolt. Similar ou equivalente a marca Bosch.	UND	05
03	FURADEIRA: De impacto gsb 16 re, 750 à 900w, 110V, interruptor eletrônico, punho auxiliar com bloqueio, botão com trava, similar ou equivalente a marca Bosch.	UND	05

04	LAVA JATO de alta pressão de 1.200w à 1.500w, 110v com sistema de segurança de desligamento automático, com jato d'água conexões de entrada e saída similar ou equivalente a marca Stihl.	UND	10
05	MAÇARICO SOLDA: tipo gás: mapp, temperatura chama: até 1.100 °c, tipo chama: neutra, aplicação: tubo cobre/latão/alumínio/aço, características adicionais: acendimento automático.	UND	06
06	SERRA MÁRMORE: Com potência em média de 1.400w, 4.100 nh3z, corta madeira, lajota e mármore. Similar ou equivalente a marca Bosch.	UND	04
07	LIXADEIRA ELÉTRICA, Potência: 40 watts. Voltagem: 110v. Rotação sem carga: 7.500 12.000 min1 Diâmetro de órbita: 2,5mm. Disco de lixa: 125 mm. Oscilações sem carga: 15.000 24.000 min 1 Diâmetro do círculo de oscilação: 2,5 mm. Diâmetro do prato abrasivo: 125 mm similar ou equivalente a marca Bosch.	UND	12
08	PODADOR: com corrente, tipo motor: à combustão, potência motor: 1,3 cv, cilindrada motor: 25 cc, tipo combustível: gasolina, aplicação: corte de galhos, características adicionais: haste extensível para 5 metros.	UND	03
09	MOTOSSERRA: Ms 170, 1300w, 30cc à 60cc, 30cm a gasolina: Capacidade do tanque de combustível: 0,25 L; Cilindrada: 30,1 cm³; Corrente 26 RS: 3/8” P Picco Micro Mini 3; Peso: 3,9 kg; Potência: 1,3kW / 1,8cv; Sabre: Picco Micro Mini 3 (PMM3); Potência: 1.8 cv; Comprimento das espadas compatíveis: 35 cm; Velocidade máxima: 14000 rpm; Nível de pressão sonora: 100 dBA; Com sistema anti-vibração; Com lubrificação automática; Com freio de corrente; Mecanismo de arranque: Polia retrátil; similar ou equivalente a marca Stihl.	UND	01
10	PARAFUSADEIRA: Componentes: 1 Maleta Plástica, Kit: 33 Bits, 1 Adaptador USB , Rotação: 360 Rpm, Tipo: Bateria 3,06 V , Características Adicionais: Tempo De Carga: 90 Min. , Voltagem: Bivolt.	UND	02
11	ROÇADEIRA : Profissional, lateral, projetada para serviços pesados, sendo ideal para o corte de grama, capim, pasto, arbusto e pequenas árvores, cilindrada mínima 35,2 cm³, depósito de gasolina mínimo 0,5 lts, peso máximo de 8 kg, potência mínima de 1.7/2.3 kw/cv, rotação lenta até 2800 rpm, rotação máxima até 12500 rpm, cabo para duas mãos, cinto de suporte, sistema ante vibratório, óculos de proteção similar ou equivalente a marca Sthil.	UND	10
12	BOMBA POÇO Artesiano 3 Polegadas (75mm) P/ até 45 Metros 2 CV de 220v.	UND	40
13	BOMBA POÇO Artesiano 3/4 Polegadas (75mm) P/ até 45 Metros 1/0CV de 220v.	UND	30
14	BOMBA SUBMERSA, BSL-700 à 950. 127V, 110 V, alumínio.	UND	30

- As indicações de marcas constantes nas especificações têm caráter meramente referencial, com fins de similaridade ou equivalência das propostas, não configurando direcionamento. O uso dessas referências tem por finalidade assegurar a funcionalidade do item, de modo que os materiais e ferramentas adquiridos atendam plenamente às necessidades do serviço. Além disso, a menção busca garantir padrão mínimo de qualidade, durabilidade e desempenho, considerando que se trata de itens que exigem resistência e segurança em sua utilização. Ressalta-se que são admitidas propostas de quaisquer marcas que apresentem características técnicas equivalentes ou superiores, assegurando, assim, a ampla competitividade do certame.

22. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANTHONY DE ARAUJO PEREIRA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 18/03/2026 às 14:57:50.



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 1.043/2024 – SEME – PMS

ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Prefeitura Municipal de Santana/PMS
Central de Licitações
Av. Santana nº 2795, 2º andar
Bairro Paraíso Santana/AP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO N.º 1.043/2024-PMS

1 - OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PEQUENOS REPAROS (HIDRÁULICOS, ELÉTRICOS, REFRIGERAÇÃO E ROÇAGEM), PARA AS UNIDADES ESCOLARES E ADMINISTRATIVAS VINCULADAS A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEME /PMS, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS

GRUPO 1 – Materiais para execução de serviços de pequenos reparos diversos					
ITEM	OBJETO COM ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QTD	Valor unitário	Valor total
1	ANDAIME: material em aço carbono. Modelo tubular modulado. Dimensões: 1,00x1,00. Características adicionais: tipo "h". Acessórios: diagonal, rodízio, ferro, painel horizontal pranchão e sapatas	UND	02		
2	ALICATE de corte diagonal Tamanho: 6" Forjado em aço e cabos revestidos para isolamento de 1000V.	UND	15		
3	ALICATE DE PRESSÃO: Mordentes	UND	10		



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 1.043/2024 – SEME – PMS

	forjados em aço cromo vanádio; Corpo fabricado por chapas conformadas; Acabamento cromado; Possui abertura regulável; Alavanca para destravar; Mordentes com perfil reto; Capacidade de abertura 20mm; Tamanho: 10".				
4	ALICATE UNIVERSAL 8 polegadas, forjadas em aço Cr-V DIN 31CrV3, cabeça articulação polidas, têmpera total no corpo, têmpera por indução no gume e corte. Empunhadura em PVC, isolamento elétrica d1.000VCA DIN 5746.	UND	25		
5	ALICATE: Alicate bico meia cana reto 6" isolado Alicate meia cana dupla injeção Forjado em aço cromo vanádio. Cabeça E articulação polidas. Têmpera total no corpo. Têmpera por indução no gume de corte. Isolação elétrica de 1.000V CA	UND	10		
6	ARCO DE SERRA AJUSTÁVEL. Lâmina 12". Corpo em aço carbono. Cabo em polipropileno injetado. Possui regulagem para lâminas de 10" e 12"	UND	10		
7	BOMBA DE VÁCUO: tipo duplo estágio, potência motor 1 hp, voltagem bivolt v, vazão 12 m3/min.	UND	04		



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 1.043/2024 – SEME – PMS

8	CABO AÇO: Tratamento Superficial: Galvanizado. Tipo: Alma De Fibra. Bitola: 1/2 POL. Aplicação: Manobra De Peso. Características Adicionais: Classificação 6 X 19 Af.	METRO	30		
9	CABO AÇO: Tratamento Superficial: Galvanizado. Tipo: Alma De Fibra. Bitola: 3/4 POL. Aplicação: Manobra De Peso. Características Adicionais: Classificação 6 X 37, Tração 80 /200 Kg/Mm2	METRO	30		
10	CARRINHO DE MÃO capacidade de 60 litros, pneus com câmeras de 3,25; caçamba metálica chapa 26 (45mm)	UND	20		
11	CAVADEIRA MANUAL: Material: Aço Carbono Especial; Estrutura: Temperada em todo o corpo da peça; Pintura: Eletrostática a pó; Tipo: Articulada metálica; Cabo: De madeira de 110 cm à 170cm; Similar ou equivalente a Tramontina; Dimensões aproximadas do produto: 129 x 11 x 12 cm; Peso aproximado do produto: 1,745 kg	UND	10		
12	CAVADEIRA RETA, similar ou equivalente a marca Tramontina, com cabo de madeira, medindo 120cm à 170cm; pintura eletrostática a pó; lâmina tamanho 8; possui olho de 35 mm de diâmetro.	UND	10		



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 1.043/2024 – SEME – PMS

13	OLEO LUBRIFICANTE: Tipo desengripante, antioxidante, para porca, parafusos, em spray, acondicionado em lata com válvula aerosol de 300ml.	UND	30		
14	ENXADA: Material: ferro forjado, largura: 23,6 cm, altura: 18 cm, peso: 1,13 kg, tipo: larga, material cabo: madeira, comprimento cabo: 150 cm.	UND	25		
15	ESCADA EXTENSIVA FIBRA: é constituída por duas partes, uma fixa e outra móvel. Os perfis laterais das escadas são confeccionados em fibra de vidro utilizando o moderno processo de Pultrusão. Os degraus das escadas são fabricados com alumínio 6061 com formato em D para maior conforto ao usuário. Especificações Gerais:- Cinta de apoio para poste em correira lonada;- Possuem Faixas de Segurança em amarelo e preto nas laterais; - Sapatas de Borracha antiderrapante;- Peso 19 kg;- Capacidade de carga: até 120 kgs do usuário; Dimensões: mínimo 3m de altura (fechada) e 40cm de largura.	UND	02		
16	ESCADA: multifuncional, articulada, com 12 degraus; carga máxima de trabalho: 150Kg;	UND	03		



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 1.043/2024 – SEME – PMS

	Dimensão fechada: 410 x 270 x 950 mm; Altura da escada: estendida: 3,39m; fechada: 0,98m.				
17	FITA: Material pvc, largura 100 mm, comprimento 10 m, características adicionais: utilizada no envelopamento de instalações, finalidade para isolamento em refrigeração.	UND	300		
18	FITA ISOLANTE ELÉTRICA: material básico pvc auto-extinguível, resistência à tensão até 750v, cor preta, classe temperatura 105c, largura nominal 19 mm, espessura nominal 0,19 mm, comprimento nominal 2 m	UND	30		
19	ENXÓ: Em aço, com cabo de madeira, medindo 60 cm	UND	10		
20	ESQUADRO em alumínio de 30 cm similar ou equivalente a marca Tramontina.	UND	05		
21	Formão: Material corpo: cromo vanádio, aplicação: carpintaria, características adicionais: jogo com 4 peças. Material cabo: madeira. Bitolas: 3/8, 1/2, 5/8 e 3/4 polegadas	JOGO	10		
22	BROCA: Material: aço rápido, componentes: 7 brocas com diâmetro de 0,6mm; 0,8mm; 10mm; 12mm. Aplicação: martelo/concreto,	JOGO	10		



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 1.043/2024 – SEME – PMS

	comprimento: 200 mm, características adicionais: jogo com 7 peças, tipo encaixe sds.				
23	JOGO DE CHAVE TORX, Longo tipo I c/ 09 peças Jogo de chaves perfil Torx Chaves allen tipo "L"- Jogo com 9 peças- Medidas: T7; T8; T9; T10; T15; T20; T25; T30; T40 Ferramentas fortificadas	JOGO	05		
24	JOGO DE CHAVE: Material em aço, tipo ajustável, quantidade peças 4, tamanhos 6", 8", 10" e 12" polegadas. Modelo inglesa.	JOGO	05		
25	ESQUADRO estriado 1/2 pol.	UND	05		
26	JOGO DE TARRACHA: Contém 40 peças, sendo:-1 Vira Macho ajustável.-1 Vira Tarraxa ajustável.-1 Mini Chave de Fenda.-1 Pinça vira macho.-1 Calibrador de Rosca com 12 Lâminas: 0.5, 0.6, 0.7, 0.75, 0.8, 0.9, 1.0, 1.25, 1.5, 1.75, 2.7 e 2.8.-1 Maleta.-17 Machos: M3X0.5, M3X0.6, M4X0.7, M4X0.75, M5X0.8, M5X0.9, M6X0.75, M6X1.0, M7X0.75, M7X1.0, M8X1.0, M8X1.25, M10X1.15, M10X1.5, M12X1.5, M12X1.75.-17 Tarraxas: M3X0.5, M3X0.6, M4X0.7, M4X0	JOGO	03		



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 1.043/2024 – SEME – PMS

	.75, M5X0.8,M5X0.9, M6X0.75, M6X1.0, M7X0.75, M7X1.0, M8X1.0, M8X1.25, M10X1.25, M10X1.5, M12X1.5, M12X1.75.-1 Macho NPT: 1/8-27 Composição: Aço-Liga Tungstênio.- Com uma maleta, similar ou equivalente Tramontina				
27	KIT DE BROCA PARA MADEIRA, com 4 peças: 1/4; 5/16; 3/8; 1/2. 2 - Jogo para Madeira Estojo plástico tipo carteira com 13 brocas Indicado para Madeira Encaixe cilíndrico- Medidas em mm: 1,5mm / 2mm / 2,5mm / 3mm / 3,2mm / 3,5mm / 4mm / 4,5mm / 4,8mm / 5mm / 5,5mm / 6mm / 6,5 mm similar ou equivalente a marca Tramontina.	KIT	03		
28	KIT DE CHAVE FENDA ponta magnética, Emborrachada, · 5/16 x 6,0; · 5/16 x 8,0; · 5/32 x 4,0; · 1/4 x 4; · 1/4 x 4 x Nº.2; · 1/4 x 1.1/2; · 1/4 x 1.1/2 x Nº.2; · 1/4 x 6	KIT	05		
29	KIT DE CHAVE PHILIPS ponta magnética, com 21 peças: 3 Chaves de fenda: 6x38mm 5x75mm - 6x100mm.-3 Chaves Phillips: PH2x38mm - PH1x75mm - PH2x100mm.-3 Bits de fenda de 1": 5, 6, 7 mm.- 3 Bits Phillips de 1": PH1, PH2, PH3.-3 Bits Pozidriv de 1": PZ1, PZ2, PZ3.-5 Bits torx de	KIT	05		



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 1.043/2024 – SEME – PMS

	1": T10, T15, T20, T25, T273 Cabos ergonômico emborrachados				
30	TORQUÊS: 12 Polegadas Berg 485; Ferramenta forjada em aço carbono; Corpo fosco e cabeça lixada; Cabos pintados; Comprimento: 12" (305 mm) similar ou equivalente a marca Tramontina	UND	06		
31	LIMA, triangular, delgada 4" - 100mm para afiar alicate cutícula serrote.	UND	10		
32	MACHADO - Machado material: aço forjado, largura lâmina: 14 cm, peso: 1,58kg, comprimento cabo: 1metro	UND	04		
33	MANGUEIRA, para jardim 30 metros, equivalente a marca Tramontina.	UND	06		
34	MARRETA 3 kg, Marreta oitavada 3000 g, basic com cabo de madeira similar ou equivalente a marca Tramontina.	UND	02		
35	MARTELO: Unha de 27 mm, profissional, com cabo de fibra. Similar ou equivalente a marca Tramontina	UND	05		
36	PÁ DE BICO, em aço carbono com cabo em madeira de 120cm à 130cm. Similar ou equivalente a marca Tramontina.	UND	10		



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 1.043/2024 – SEME – PMS

37	PÉ DE CABRA em aço forjado 3/4x60cm.	UND	03		
38	PICARETA com pintura anticorrosiva com cabo de madeira de 90cm.	UND	04		
39	PLAINA MANUAL: material corpo: metálico, largura lâmina: 4 cm, tamanho: 25 cm, material cabo: madeira, material lâmina: aço cromo vanádio.	UND	02		
40	PRUMO: de aço de parede, corda em nylon de alta resistência - peso 500g.	UND	03		
41	PREGO: com Cabeça 10 x 10 Embalagem 01 Kg	UND	100		
42	PREGO: com Cabeça 16 x 24 Embalagem 01 Kg	UND	100		
43	PREGO: com Cabeça 15 x 21 Embalagem 01 Kg	UND	100		
44	PREGO: com Cabeça 19 x 39 Embalagem 01 Kg	UND	100		
45	PREGO: com Cabeça 22 x 48 Embalagem 01 Kg	UND	100		
46	RÉGUA DE PEDREIRO, Régua de alumínio com 2 metros	UND	04		



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 1.043/2024 – SEME – PMS

47	FIO DE CORTE, para roçadeira, quadrado, 3,00 mm x 312m	ROLO	200		
48	FIO DE CORTE, para roçadeira, redondo, 3,00 mm x 312m	ROLO	200		
49	ÓLEO LUBRIFICANTE, para roçadeiras, para motores 2 tempos, 500 ml	FRASCO	1200		
50	SERROTE: lâmina em aço; cabo de Madeira; Comprimento de: 18"; 450mm, similar ou equivalente a marca Tramontina; Número de dentes por polegada: 6; Dureza dos dentes: 55HRc	UND	04		
VALOR TOTAL DOS ITENS ARREMATADOS R\$					

GRUPO/LOTE 2 - Materiais para execução de serviços elétricos

ITEM	OBJETO COM ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
------	--------------------------	-------------------------	-----	----------------	-------------



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 1.043/2024 – SEME – PMS

01	ALICATE AMPERÍMETRO: material: plástico, tipo: digital, corrente: 1000a ac/ 1000a dc a, voltagem: 1000v dc/750v ac v, alimentação: 3 pilhas aaa de 1,5v, voltagem bateria: 1,5 v, aplicação: laboratório didáticos, características adicionais: com display lcd colorido, capacitância de 10 nano.	UND	10		
02	ALICATE PARA CRIMPAR: material: aço cromo vanádio, tipo cabo: isolado, aplicação: conectores rj09 / rj11 / rj45 categoria 5e, características adicionais: função corte decape/sistema de catraca, tipo corte: triplo.	UND	10		
03	BASE PARA RELÉ: fotocélula.	UND	120		
04	BOCAL DE LOUÇA: E-27.	UND	200		
05	BOCAL DE LOUÇA: E-40.	UND	200		
06	NÍVEL DE MÃO: Base Magnética De Alumínio; 12 Polegadas 300mm; Comprimento: 30 cm; Alta precisão; Ângulos de medição: 0, 45 e 90°; Nível base magnética; Similar ou equivalente a marca Brasfort	UND	02		
07	REFIL CILINDRO GÁS MAP: material: descartável, tipo gás: metil acetileno propadieno, volume: 400 gr, características adicionais: cilindro descartável para maçarico portátil.	UND	30		
08	ROLAMENTO, 608z motor aspirador.	UND	10		
09	BOLSA FERRAMENTA: Material: lona , cor: preta e amarela , tipo: impermeável , material fundo: plástico reforçado , material armação: metal , comprimento: 450 mm, altura: 300 mm, largura: 200 mm, características adicionais: 22 divisões/bolsos,12 interna e 10 externa.	UND	02		



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 1.043/2024 – SEME – PMS

10	CABO ELÉTRICO MULTIPLEXADO: bitola de 10mm, fornecimento bifásico, feito a 3 fios (duas fases e um neutro).	metro	2000		
11	CABO ELÉTRICO MULTIPLEXADO: bitola de 16mm, fornecimento bifásico, feito a 3 fios (duas fases e um neutro).	Metro	2.000		
12	CABO ELÉTRICO MULTIPLEXADO: bitola de 25mm, fornecimento trifásico, feito a 4 fios (três fases e um neutro).	Metro	2.000		
13	CABO ELÉTRICO MULTIPLEXADO: bitola de 35mm, fornecimento trifásico, feito a 4 fios (três fases e um neutro).	Metro	2.000		
14	CABO DE COBRE FLEXÍVEL: 35mm – 750 para suportar 110 amperes com 100 metros.	Peças	50		
15	CABO DE COBRE FLEXÍVEL: 50mm – 750 para suportar 134 amperes com 100 metros	Peças	50		
16	CABO EXTRA FLEXÍVEL: bitola de 04mm Cor Azul material condutor cobre, material isolamento PVC com 100 metros.	Peças	50		
17	CABO EXTRA FLEXÍVEL: Bitola de 06mm Cor Azul material condutor cobre, material isolamento PVC com 100 metros	Peças	50		
18	CABO EXTRA FLEXÍVEL: Bitola de 10mm Cor Azul material condutor cobre, material isolamento PVC com 100 metros.	Peças	50		
19	CABO EXTRA FLEXÍVEL: Bitola de 16mm Cor Azul material condutor cobre, material isolamento PVC com 100 metros.	Peças	50		



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 1.043/2024 – SEME – PMS

20	CABO EXTRA FLEXÍVEL: Bitola de 2,5mm Cor Azul material condutor cobre, material isolamento PVC com 100 metros	Peças	50		
21	CABO EXTRA FLEXÍVEL: Bitola de 25mm Cor Azul material condutor cobre, material isolamento PVC com 100 metros.	Peças	50		
22	CABO PP: Com fios de cobre, seção circular 2,5 mm ² , eletrolítico, têmpera mole, flexível, isolação 0,6/1kv, selo inmetro (cor preta), 4 vias.	Metro	300		
23	CAIXA DE SOBREPOR: (tomada), dois módulos, de 20A.	UND	100		
24	CAIXA MALETA DE FERRAMENTAS: Kit completo com 148 peças Maleta com 148 peças para os principais trabalhos manuais, alta qualidade e super resistente Material: aço carbono, plástico ABS, PP, PVC, nylon e borracha Maleta dobrável de ferramentas com compartimentos e identificação de medidas, dimensões da maleta: 33 x 25 x 7 cm Peso: 2Kg Itens inclusos: 1 Alicate bico meia cana 6 Pol. 1 Chave ajustável 6 Pol. 1 Cabo para bits. 1 Martelo de unha 230 gramas. 1 Estilete 18mm. 1 Nível tipo torpedo. 1 Jogo de chave Allen 8 Peças: 1.5, 2, 2.5, 3, 4, 5, 5.5 e 6mm. 40 Bits sendo:	KIT	05		



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 1.043/2024 – SEME – PMS

	8 Bits Phillips: 1x PH0, 3x PH1, 3x PH2 e 1x PH3. 7 Bits fenda: 2, 2.5, 3, 4, 5, 6 e 7mm. 6 Bits pozi: 1x PZ0, 2x PZ1, 2x PZ2 e 1x PZ3. 4 Bits quadrados: 2x S1 e 2x S2. 8 Bits Allen: H1.5, H2, H2.5, H3, H4, H5, H5.5 e H6.: 6 Bits torx: T10, T15, T20, T25, T27 e T30. 1 Adaptador 1 Trena 3.5m. 6 Chaves de precisão: 2 Chaves phillips: PH0 e PH1. 4 Chaves de fenda: 1.4, 2.0, 2.4 e 3.0mm. 2 Grampos sargento com mola. 85 Peças de fixação com caixa plástica 1 Maleta.				
25	CAPACITOR DUPLO, 45+2,5 MFD 440V.	UND	200		
26	CAPACITOR DUPLO, 35+2,5 MFD 380V.	UND	200		
27	CAPACITOR DUPLO, 55+3 UF 440V	UND	200		
28	CANETA CHAVE TESTE: Medida: 140 mm; Medida Mínima de Voltagem: 100V; Medida Máxima de Voltagem: 200V.	UND	05		
29	CANALETA DE SUPERFÍCIE: cor branco, de 20 x 10mm com adesivo.	UND	300		
30	CAPACETE: Classe B Verde - com Jugular.	UND	05		
31	CAPACITOR: para ventilador de Teto de 10 mfd.	UNID.	200		



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 1.043/2024 – SEME – PMS

32	COLETE DE SEGURANÇA: respirável com zíper frontal de 4 bolsos de alta visibilidade com tiras refletivas, colete uniforme	UNID.	15		
33	CONECTOR ELÉTRICO: Características adicionais: principal 10 a 95mm ² al/cu e derivação 4 a 50mm ² a , tipo: IPC 04 , tipo construtivo: perfurante isolado , aplicação: rede elétrica baixa tensão.	UNID.	300		
34	DISJUNTOR BIPOLAR: 32A Tensão 220V Mini Disjuntor, compatível com sistema DIN.	UNID.	300		
35	DISJUNTOR BIPOLAR: 50A Tensão 220V Mini Disjuntor, compatível com sistema DIN.	UNID.	300		
36	DISJUNTOR BIPOLAR: 80A Tensão 220V Mini Disjuntor, compatível com sistema DIN.	UNID.	300		
37	DISJUNTOR MONOPOLAR: 10A Tensão 127V Mini Disjuntor, compatível com sistema DIN.	UNID.	300		
38	DISJUNTOR MONOPOLAR: 16A Tensão 127V Mini Disjuntor, compatível com sistema DIN.	UNID.	300		
39	DISJUNTOR MONOPOLAR: 20A Tensão 127V Mini Disjuntor, compatível com sistema DIN.	UNID.	300		
40	DISJUNTOR MONOPOLAR: 25A Tensão 127V Mini Disjuntor, compatível com sistema DIN.	UNID.	300		
41	DISJUNTOR MONOPOLAR: 32A Tensão 127V Mini Disjuntor, compatível com sistema DIN.	UNID.	300		
42	DISJUNTOR MONOPOLAR: 40A Tensão 127V Mini Disjuntor, compatível com sistema DIN.	UNID.	300		
43	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO 250 ^a	UNID.	30		



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 1.043/2024 – SEME – PMS

44	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO 300ª	UNID.	30		
45	DISJUNTOR TRIPOLAR 100A Tensão 380V Mini Disjuntor, compatível com sistema DIN	UNID.	200		
46	DISJUNTOR TRIPOLAR 150A Tensão 380V Mini Disjuntor, compatível com sistema DIN.	UNID.	30		
47	DISJUNTOR TRIPOLAR 200A Tensão 380V Mini Disjuntor, compatível com sistema DIN.	UNID.	30		
48	CABO PP: trançado, de 2,5mm. Peça com 100 metros.	PEÇA	50		
49	CABO PP: trançado, de 4mm. Peça com 100 metros.	PEÇA	50		
50	CABO PP: trançado, de 6mm. Peça com 100 metros.	PEÇA	50		
51	FITA ISOLANTE de 19mm x 20m com 250 unidades	CAIXA	10		
52	FITA ISOLANTE DE AUTO FUSÃO: anti-chamas com resistência mínima de 600volts, cor preta. Dimensões: 19mm x 20m x 0,13mm com 12 unidades.	Caixa	10		
53	INTERRUPTOR + TOMADA 4x2 BR	UND	100		
54	INTERRUPTOR DUPLO + TOMADA 4x2 BR	UND	200		
55	INTERRUPTOR DUPLO 4x2 BR	UND	200		
56	INTERRUPTOR DUPLO, sobrepor, cor branco, 6ª 250V	UND	200		
57	INTERRUPTOR SIMPLES 4x2 BR	UNID.	200		
58	INTERRUPTOR TRIPLO 4x2 BR	UNID.	200		



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 1.043/2024 – SEME – PMS

59	JOGO DE CHAVE TORX, Longo tipo I c/ 09 peças Jogo de chaves perfil Torx. Medi 4x2 BR das: T7; T8; T9; T10; T15; T20; T25; T30; T40 – Ferramentas fortificadas	JOGO	15		
60	KIT DE BROCA PARA MADEIRA, Estojo plástico tipo carteira com 13 brocas de 1/2 à 6,5 polegadas.	KIT	20		
61	KIT DE CHAVE ALLEN: tipo "L" Jogo com 9 peças Hexagonal Tamanhos: de 1,5 a 10" Forjado em aço cromo- vanádio, longa, 09 peças.	KIT	15		
62	LÂMPADA PAINEL DE LED de 25w	UNID.	6000		
63	LÂMPADA ECONÔMICA de 9w	UND	2000		
64	LÂMPADA Vapor Metálico 250w. base E-40	UND	500		
65	LÂMPADA Vapor Metálico 400w. base E-40	UND	500		
66	LUVA SUPER SAFETY: ss1006n multitato.	PARES	15		
67	MULTÍMETRO: Tensão Ac: 600/1000 V. Corrente Dc: 200 /60/600/1000 A Corrente Ac: 60/600/1000 A Resistência: 600/6k/60k/600k/6m/60 MOHM. Características Adicionais: Display Lcd 3.3/4 Dígitos, 6000 Contagens. Tensão Dc: 600 /1000 V. Tipo: Digital. Sensibilidade: 20 Mohms, Ac/Dc. Capacidade: 1000 V. Funcionamento: 2 Baterias 1,5v (Aaa). Dimensões: 190 X 70 X 30 MM.	UNID.	05		
68	NÍVEL A LASER: De Linhas Bosch GII2-12 + Acessórios.	UNID.	05		
69	VOLTÍMETRO DIGITAL: dimensões: 9,5 x 19 x 3 mm. Faixa medição: 0,1 a 250vd	UNID.	05		
70	PLAFON REDONDO: branco bocal louça E-27 – 100w	UNID	2000		



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 1.043/2024 – SEME – PMS

71	PRANCHETA OFÍCIO: PRENDEDOR DE METAL) Pranchetas ofício confeccionadas em duratex Prancheta em tamanho A4 A embalagem da prancheta, após aberta e utilizada, vira um display para armazenamento e organização.	UNID.	10		
72	QUADRO DISTRIBUIÇÃO SOBREPOR 20 Disj, DIN, bifásico, com Barramento 100ª, com tampa, comprimento 12cm, largura 34cm, altura 54cm, peso 4,500kg	UNID.	100		
73	MARRETA PARA BORRACHA, Cabo em madeira, diâmetro de 33 cm similar ou equivalente a marca Tramontina	UNID.	02		
74	CABO ELÉTRICO MULTIPLEXADO: bitola de 16mm, fornecimento trifásico, feito a 4 fios (três fases e um neutro).	METRO	2000		
75	ESCADA: multifuncional articulada, com 12 degraus; Carga máxima de trabalho: 150Kg; Dimensão fechada: 410 x 270 x 950 mm; Altura da escada: Estendida:3,39m; Fechada: 0,98m; Pintor: 1,63m; Andaime: 0,86m.	UNID.	08		
76	QUADRO DISTRIBUIÇÃO SOBREPOR 15 Disj, DIN, trifásico, com Barramento 100ª, com tampa, comprimento 12cm, largura 34cm, altura 54cm, peso 4,500kg	UNID.	100		
77	REATOR ELETRÔNICO: 1x40w bivolt	UNID.	100		
78	REATOR ELETRÔNICO: 2x40w bivolt	UNID.	100		
79	REATOR VAPOR METÁLICO: 250w–220v para uso externo, ligado sem ignitor	UNID.	500		
80	REATOR VAPOR METÁLICO: 400w–220v para uso externo, ligado sem ignitor.	UNID.	500		



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 1.043/2024 – SEME – PMS

81	REFLETOR SEM LÂMPADA: 250w alumínio retangular soquete base E-40.	UNID.	500		
82	REFLETOR SEM LÂMPADA: 400w alumínio retangular soquete base E-40.	UNID.	500		
83	RELÉ FOTOCÉLULA eletrônico bivolt	UNID.	400		
84	TOMADA DE EMBUTIR, dupla, 10A, NBR 14136, sem espelho, compatível com sistema "Condulete"	UNID.	300		
85	TOMADA DE EMBUTIR, dupla, 20A, NBR 14136, sem espelho, compatível com sistema "Condulete"	UNID.	300		
86	TOMADA DUPLA, 20A - 250V	UNID.	400		
87	TRENA DIGITAL LASER: medidor de 50 metros, medição rápida de distância, área e volume com operação de um botão cálculo automático da área e do volume alvo fácil com luz ponteiro laser. Icd grande com luz de fundo correção automática e tecnologia de relatório de erros.	UNID.	05		
88	TRENA FIBRA 100M CAIXA ABERTA: Caixa plástica em ABS de alta resistência Fita em fibra de vidro de alta durabilidade resistente à água e variações de temperatura, graduação em mm/pol, manivela para recolhimento da fita, clipe metálico na ponta da fita e cabo ergonômico emborrachado.	UNID.	05		



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 1.043/2024 – SEME – PMS

89	TRENA FIBRA 50M CAIXA ABERTA: Caixa plástica em ABS de alta resistência. Fita em fibra de vidro de alta durabilidade resistente à água e variações de temperatura, graduação em mm/pol, manivela para recolhimento da fita, clipe metálico na ponta da fita e cabo ergonômico emborrachado.	UNID.	05		
Valor total do grupo – R\$					

GRUPO/LOTE 3 – Máquinas e ferramentas elétricas					
ITEM	OBJETO COM ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	FERRO DE SOLDA com cabo e plug normatizado Potência: 60W Voltagem: 110V Ponteira e haste metálica e cabo plástico	UND	20		
02	FURADEIRA: A bateria, 18V à 20V, de 3/8 polegadas. Com carregador bivolt. Similar ou equivalente a marca Bosch.	UND	05		
03	FURADEIRA: De impacto gsb 16 re, 750 à 900w, 110V, interruptor eletrônico, punho auxiliar com bloqueio, botão com trava, similar ou equivalente a marca Bosch.	UND	05		
04	LAVA JATO de alta pressão de 1.200w à 1.500w, 110v com sistema de segurança de desligamento automático, com jato d'água conexões de entrada e saída similar ou equivalente a marca Stihl.	UND	10		
05	MAÇARICO SOLDA: tipo gás: mapp, temperatura chama: até 1.100 °c, tipo chama: neutra, aplicação: tubo cobre/latão /alumínio/aço, características adicionais: acendimento automático.	UND	06		



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 1.043/2024 – SEME – PMS

06	SERRA MÁRMORE: Com potência em média de 1.400w, 4.100 nh3z, corta madeira, lajota e mármore.Similar ou equivalente a marca Bosch.	UND	04		
07	LIXADEIRA ELÉTRICA, Potência: 40 watts. Voltagem: 110v. Rotação sem carga: 7.500 12.000 min1 Diâmetro de órbita: 2,5mm. Disco de lixa: 125 mm. Oscilações sem carga: 15.000 24.000 min 1 Diâmetro do círculo de oscilação: 2,5 mm. Diâmetro do círculo de oscilação: 2,5 mm. Diâmetro do prato abrasivo: 125 mm similar ou equivalente a marca Bosch.	UND	12		
08	PODADOR: com corrente, tipo motor: à combustão, potência motor: 1,3 cv, cilindrada motor: 25 cc, tipo combustível: gasolina, aplicação: corte de galhos, características adicionais: haste extensível para 5 metros.	UND	03		
09	MOTOSSERRA: Ms 170, 1300w, 30cc à 60cc, 30cm a gasolina: Capacidade do tanque de combustível: 0,25 L; Cilindrada: 30,1 cm³; Corrente 26 RS: 3/8" P Picco Micro Mini 3; Peso: 3,9 kg; Potência: 1,3kW / 1,8cv; Sabre: Picco Micro Mini 3 (PMM3); Potência: 1.8 cv; Comprimento das espadas compatíveis: 35 cm; Velocidade máxima: 14000 rpm; Nível de pressão sonora: 100 dBA; Com sistema anti- vibração; Com lubrificação automática; Com freio de corrente; Mecanismo de arranque: Polia retrátil; similar ou equivalente a marca Stihl.	UND	01		
10	PARAFUSADEIRA: Componentes: 1 Maleta Plástica, Kit: 33 Bits, 1 Adaptador USB , Rotação: 360 Rpm, Tipo: Bateria 3,06 V , Características Adicionais: Tempo De Carga: 90 Min. , Voltagem: Bivolt.	UND	02		



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 1.043/2024 – SEME – PMS

11	ROÇADEIRA : Profissional, lateral, projetada para serviços pesados, sendo ideal para o corte de grama, capim, pasto, arbusto e pequenas árvores, cilindrada mínima 35,2 cm³, depósito de gasolina mínimo 0,5 lts, peso máximo de 8 kg, potência mínima de 1.7/2.3 kw/cv, rotação lenta até 2800 rpm, rotação máxima até 12500 rpm, cabo para duas mãos, cinto de suporte, sistema ante vibratório, óculos de proteção similar ou equivalente a marca Sthil.	UND	10		
12	BOMBA POÇO Artesiano 3 Polegadas (75mm) P/ até 45 Metros 2 CV de 220v.	UND	40		
13	BOMBA POÇO Artesiano 3/4 Polegadas (75mm) P/ até 45 Metros 1/0CV de 220v.	UND	30		
14	BOMBA SUBMERSA, BSL-700 à 950. 127V, 110 V, alumínio.	UND	30		
Valor total do grupo – R\$					

3 - CONDIÇÃO DOS PREÇOS PROPOSTOS:

3.1 - Os preços dos materiais, estão expressos em moeda corrente nacional, o "Real", com duas casas decimais após a vírgula, sem a inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

3.2 - Nos preços dos materiais, bem como todos os custos diretos e indiretos, encargos e demais despesas de qualquer natureza, relacionadas com o objeto da presente licitação, observada a legislação vigente.

4 - CONDIÇÕES GERAIS DA ENTREGA DO OBJETO:

4.1 - Declaramos estar cientes de todas as condições do presente edital, bem como dos seus anexos, e nos comprometemos a executar os materiais na conformidade e prazos estabelecidos.

5 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

5.1 - Estamos cientes de que os pagamentos se processarão mensalmente, por ordem bancária, no 5º (quinto) dia, a contar da data de emissão do Termo de Aceite relativo ao período de execução dos serviços, nos termos do presente Edital.

6 - DADOS BANCÁRIOS

6.1 - A proponente possui conta corrente nº....., na Agência nº no Banco _____ S.A.

7 - REPRESENTAÇÃO LEGAL



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 1.043/2024 – SEME – PMS

7.1 - Informamos que o Sr., RG nº, CPF nº,(cargo)....., é representante legal da empresa, nos termos da Cláusula do Contrato Social, podendo firmar contrato com a PREFEITURAMUNICIPAL DE SANTANA - PMS (quando o representante legal for sócio, diretor ou gerente).

8 - DECLARAÇÕES EXTRAS

8.1 - Declaramos aceitar todas as condições do presente Pregão, comprometendo-nos a cumprir fielmente suas especificações e disposições, bem como nos sujeitar integralmente às disposições legais que regem as normas gerais sobre licitações e contratos no âmbito do Poder Público, ao qual nos sujeitamos em todos os seus termos.

9 - VALIDADE DA PROPOSTA:

9.1 - A presente Proposta é válida pelo prazo de dias (mínimo 90 dias), a partir desta data.

Santana-AP, de de 2026.

- CARIMBO DA EMPRESA,
- NOME E CARGO DA PESSOA QUE ASSINA

Obs.: Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da empresa. Quando a empresa licitante não possuir papel timbrado, deverá fazer sua identificação na folha com, no mínimo, a razão social, número do CNPJ, endereço, telefone e número de fax, se houver.



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 1.043/2024 – SEME – PMS

ANEXO III

(MODELO)

MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

(Razão Social) _____, inscrita no CNPJ nº _____, sediada no endereço _____, na cidade de _____, por seu representante legal, CPF _____ e portador do RG _____, que ao final subscreve, DECLARA EXPRESSAMENTE a quem interessar possa e para fins de atendimento do edital e processo em referência, QUE:

- a) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- b) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- c) Inexiste quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação e que a mesma não foi declarada inidônea por Ato do Poder Público Municipal, ou que esteja temporariamente impedida de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública de Santana-AP ou quaisquer de seus órgãos descentralizados (inciso III e IV do art. 156 da Lei 14.133/2021);
- d) Está adequada à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei nº 13.709/2018;
- e) Conhece na íntegra o Edital, está ciente e concorda com as condições impostas nele e em seus anexos, ao passo que se submete às condições nele estabelecidas, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- f) Atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- g) A declaração que a empresa possui percentual mínimo da mão de obra responsável pela execução do objeto da contratação seja constituído por mulheres vítimas de violência doméstica (30º do Decreto nº 2289-22-PMS).

_____, _____ de _____ de 2026.

Nome e assinatura do representante legal da empresa CPF:



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 1.043/2024 – SEME – PMS

ANEXO IV

(MODELO)

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ME/EPP

(Nome da empresa), estabelecida na _____ (rua; n.º e cidade), por seu representante legal _____ (nome do representante, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, endereço domiciliar), declara, sob as penas da lei penal e civil, que a ora declarante está classificada como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP, perante (Receita Federal e/ou Secretaria da Fazenda do Estado), comprometendo-se ainda a informar caso deixe de ser enquadrada na condição de Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual – MEI, nos termos da lei.

(Cidade – UF), _____ de _____ de 2026.

Nome e assinatura do declarante

(obs: a declaração deve ser apresentada em documento timbrado da empresa)



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 1.043/2024 – SEME – PMS

ANEXO V

(MODELO)

DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR DE 18 ANOS EM TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU INSALUBRE E NÃO EMPREGA MENOR DE 16 ANOS, SALVO MENOR, A PARTIR DE 14 ANOS, NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ, NOS TERMOS DO ARTIGO 7º, XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO

A empresa [RAZÃO SOCIAL OU NOME FANTASIA DA EMPRESA], inscrita no CNPJ sob o nº 00.000.000/0000-00, neste ato representada por [NOME DO REPRESENTANTE LEGAL], declara à PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA que **(EMPREGA OU NÃO EMPREGA)** MENOR DE 18 ANOS EM TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU INSALUBRE E NÃO EMPREGA MENOR DE 16 ANOS, SALVO MENOR, A PARTIR DE 14 ANOS, NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ, NOS TERMOS DO ARTIGO 7º, XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO

Cidade/UF, xx de xxxxxxxxxxxxxxxx de xxxx.

[ASSINATURA]

[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL]

(obs: a declaração deve ser apresentada em documento timbrado da empresa)



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 1.043/2024 – SEME – PMS

ANEXO VI

(MODELO)

**DECLARAÇÃO DE VÍNCULO PARENTAL COM AGENTE PÚBLICO DA PREFEITURA DE SANTANA-AP
NA COMPOSIÇÃO DO QUADRO SOCIETÁRIO DA EMPRESA**

A empresa [RAZÃO SOCIAL OU NOME FANTASIA DA EMPRESA], inscrita no CNPJ sob o nº 00.000.000/0000-00, neste ato representada por [NOME DO REPRESENTANTE LEGAL] declara à Prefeitura Municipal de Santana que (POSSUI OU NÃO POSSUI) em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, com o PREFEITO e os SECRETÁRIOS DO MUNICÍPIO DE SANTANA além das unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, Conforme inciso IV, art. 7º da Lei 14.133/21.

Cidade/UF, xx de xxxxxxxxxxxxxxxx de xxxx.

[ASSINATURA]

[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL]

(obs: a declaração deve ser apresentada em documento timbrado da empresa)



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 1.043/2024 – SEME – PMS

ANEXO VII – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE– SEME – PMS, com sede no(a), na cidade de, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 202..., publicada no de de de, portador da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202..., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto nº 2289-22-PMS, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE NAS SERVIÇOS DE PEQUENOS REPAROS (HIDRÁULICOS, ELÉTRICOS, REFRIGERAÇÃO E ROÇAGEM), UNIDADES ESCOLARES E ADMINISTRATIVAS VINCULADAS A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEME /PMS, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.** que são partes integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE NAS SERVIÇOS DE PEQUENOS REPAROS (HIDRÁULICOS, ELÉTRICOS, REFRIGERAÇÃO E ROÇAGEM), UNIDADES ESCOLARES E ADMINISTRATIVAS VINCULADAS A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEME /PMS, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)

GRUPO XX – xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 1.043/2024 – SEME – PMS

Valor total do grupo R\$					

(...)

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(nome do órgão)....

3.2. {Além do gerenciador, não há [ou] São} órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 1.043/2024 – SEME – PMS

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.6.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 1.043/2024 – SEME – PMS

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 1.043/2024 – SEME – PMS

- 5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- 6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
 - 6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

- 7.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
 - 7.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
 - 7.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado
 - 7.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
 - 7.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 1.043/2024 – SEME – PMS

conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2 Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023 e Decreto nº 2289-22-PMS.



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 1.043/2024 – SEME – PMS

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 1.043/2024 – SEME – PMS

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e *encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver)*.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 1.043/2024 – SEME – PMS

Anexo da Ata

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE NAS SERVIÇOS DE PEQUENOS REPAROS (HIDRÁULICOS, ELÉTRICOS, REFRIGERAÇÃO E ROÇAGEM), UNIDADES ESCOLARES E ADMINISTRATIVAS VINCULADAS A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEME /PMS, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.					
Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTI DADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01					

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE NAS SERVIÇOS DE PEQUENOS REPAROS (HIDRÁULICOS, ELÉTRICOS, REFRIGERAÇÃO E ROÇAGEM), UNIDADES ESCOLARES E ADMINISTRATIVAS VINCULADAS A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEME /PMS, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.					
Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTI DADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 1.043/2024 – SEME – PMS

ANEXO VIII

MINUTA DO CONTRATO Nº ____/202X – SEME/PMS

CONTRATO Nº XXX/202X QUE CELEBRAM
ENTRE SI O MUNICÍPIO DE SANTANA-AP POR
INTERMÉDIO DA **SECRETARIA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO– SEME** E A EMPRESA
XXXXXXXXXX.

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE SANTANA-AP**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.066.640/0001-08, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO– SEME**, situada na Avenida Santana, nº 2913, Paraíso, na Cidade de Santana, Estado do Amapá, representada neste ato pelo Ilmo. Secretário (a) **XXXXX XXXXXX**, brasileiro (a), portador (a) do R.G. nº XXXXXX e CPF nº XXXXXXXXXX, residente e domiciliado na XXXXX XXXXXX, nº XXXXX, Bairro XXXXXX, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado, a Empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ (MF) Nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, com sede XXXXXXXX, nº XXXXXXXX, Bairro XXXXXXXXXXXX, CEP nº XXXXXXXX, representada neste ato pelo Sr. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, portador de CPF nº XXXXXXXXXX, RG nº XXXXXXXXX, residente e domiciliado à XXXXXXXXXXXX, Bairro XXXXXXXXXXXX, doravante denominada CONTRATADA, resolvem, de comum acordo e na melhor forma de direito, celebrar o presente Contrato de aquisição XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, mediante as cláusulas adiante expostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de **REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE NAS SERVIÇOS DE PEQUENOS REPAROS (HIDRÁULICOS, ELÉTRICOS, REFRIGERAÇÃO E ROÇAGEM), UNIDADES ESCOLARES E ADMINISTRATIVAS VINCULADAS A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEME /PMS**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

1.2. Objeto da contratação:

I T E M	ESPECIFICAÇÃO	CAT MAT	UNI DA DE DE ME DID	QUANTI DADE	VAL OR UNIT ÁRIO	V A L O R T O



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 1.043/2024 – SEME – PMS

			A			T A L
1						
2						
3						
.						
.						
.						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1.** O Termo de Referência;
- 1.3.2.** O Edital da Licitação;
- 1.3.3.** A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses podendo ser prorrogado nos termos da lei 14.133, contados do(a) **[indicar o termo inicial da vigência]**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será prorrogado, a critério da administração nos termos 105 a 108 da nº 14.133, de 2021.

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 1.043/2024 – SEME – PMS

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, tendo em vista que a contratação refere-se ao fornecimento de materiais destinados à execução de serviços de pequenos reparos (elétricos, refrigeração e roçagem), cuja adequada execução exige controle direto da qualidade, da procedência e da conformidade técnica dos produtos fornecidos.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxx)**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Após os primeiros 12 (doze) meses, os preços poderão ser reajustados, em conformidade com a legislação vigente, com a aplicação da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo–IPCA.

7.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.3. Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do futuro contrato, em face dos aumentados de custo que não possam, por vedação legal, serem refletidos através de reajuste ou revisão de preços básicos, as partes, de comum acordo, com base no artigo 124, II, “d” da Lei Federal nº 14.133/21, buscarão uma solução para a questão.

7.4. A solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro deverá ser formalizada pela parte CONTRATADA, acompanhada de documentação comprobatória que justifique a revisão dos valores contratados.

7.4.1. A resposta a solicitação se dará no máximo um mês dias úteis.

7.5. O Reequilíbrio Econômico-Financeiro será analisado pela CONTRATANTE e, se aprovado, formalizado mediante termo aditivo ao presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 1.043/2024 – SEME – PMS

ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de *15 dias úteis*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de um mês;

8.1.10. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 1.043/2024 – SEME – PMS

- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
 - 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.8. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.9. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.10. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.13. *Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;*
- 9.14. *Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;*
- 9.15. *Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;*
- 9.16. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.17. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.18. *Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;*



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 1.043/2024 – SEME – PMS

10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. *Será exigida a prestação de garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato.*

10.2. *A contratada obriga-se a substituir ou reparar durante o prazo de garantia, às suas expensas, qualquer objeto que apresente defeito que não seja, decorrente do desgaste natural ou do mau uso. Em caso de assistência técnica representativa, ou seja, autorizadas, não será excluída a sua responsabilidade e ou do fabricante dos produtos, devendo a contratada apresentar a lista de oficinas autorizadas para manutenção ou reparo dos itens, quando for o caso, de acordo com os termos legais.*

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- IV) Multa:
 - a) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
 - b) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - (1) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
 - c) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 0,5% a 30% do valor do Contrato.
 - d) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 0,5% a 30% do valor do Contrato.
 - e) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.
 - f) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 0,5 % a 30% do valor do Contrato.



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 1.043/2024 – SEME – PMS

- g) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 0,5 % a 30% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:
- 11.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 11.4.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.4.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 11.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.4.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.5.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.6.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.7.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 11.8.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 11.9.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 1.043/2024 – SEME – PMS

de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

- 11.10.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 11.11.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 12.1.** *O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*
- 12.2.** *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.*
- 12.2.1.** *Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:*
- 12.2.1.1.** *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*
- 12.2.1.2.** *poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*
- 12.3.** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 12.4.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 12.5.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 12.6.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 12.7.** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 12.7.1.** Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.7.2.** Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.7.3.** Das indenizações e multas.
- 12.8.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 12.9.** O CONTRATANTE poderá ainda:
- 12.9.1.** nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 1.043/2024 – SEME – PMS

12.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

12.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

13.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

14.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 1.043/2024 – SEME – PMS

atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO

18.1. O Foro deste contrato é o da Comarca de Santana-AP, com exclusão total de qualquer outro que seja invocável.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-